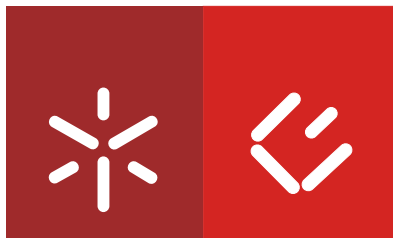


Universidade do Minho  
Escola de Economia e Gestão

Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto

**A Situação da *Accountability* em  
Tribunais Superiores e de Segunda  
Instância do Poder Judiciário Brasileiro**



**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto

**A Situação da *Accountability* em  
Tribunais Superiores e de Segunda  
Instância do Poder Judiciário Brasileiro**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Administração da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor José António Oliveira Rocha**

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto

**Endereço eletrônico:** ritamporto@gmail.com

**Título da Dissertação:** A Situação da *Accountability* em Tribunais Superiores e de Segunda Instância do Poder Judiciário Brasileiro

**Orientador:** Professor Doutor José António Oliveira Rocha

**Ano de conclusão:** 2012

**Designação do Mestrado:** Mestrado em Administração da Justiça

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus sobre todas as coisas e à Nossa Senhora Aparecida pela proteção no caminho e, de forma especial, na conclusão de mais esta jornada.

Ao meu amado marido Ayrton Rubens, companheiro de todas as horas e principal incentivador.

Aos meus amados filhos Ayrton Rubens e Maria Fernanda, por sempre me surpreenderem positivamente diante dos desafios da vida.

Aos meus velhos pais Robério e Antonia por, apesar das dificuldades que enfrentam, contribuírem sempre com o seu melhor para o progresso dos filhos.

Aos meus sogros Ayrton e Magdalena pelo apoio imprescindível e pelas palavras acertadas nos momentos mais oportunos.

Aos meus irmãos, especialmente meu irmão Marco, por apesar da distância sempre estar ao meu lado e me confortar nos momentos difíceis.

Ao meu estimado orientador, Professor Doutor José António Oliveira Rocha sem o qual não teria sido possível concluir este trabalho com êxito.

Ao Superior Tribunal Militar na pessoa do Exmo. Sr. Ministro Dr. Carlos Alberto Marques Soares, do chefe de seu gabinete Cel. Sérgio Maurício Marques, do Diretor Geral Dr. Moisés Francisco de Sousa, da Diretora de Documentação e Divulgação Maria das Graças Carvalho Marques e de todos os demais envolvidos no processo que me concedeu o afastamento necessário à obtenção do grau de mestre.

Aos amigos e professores do Mestrado em Administração da Justiça pela oportunidade de convívio.

À Dra. Estela Vieira, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, que me prestou todo tipo de auxílio necessário às diversas etapas que o mestrado compreende.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma nesse processo, por meio de atos, palavras e orações, o meu mais sincero e profundo agradecimento.



## **A Situação da *Accountability* em Tribunais Superiores e de Segunda Instância do Poder Judiciário Brasileiro**

A partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 ficou garantida a independência e autonomia do Poder Judiciário. O autogoverno de cada tribunal mostrou-se, contudo, incompatível com os anseios dos cidadãos por um sistema judiciário que funcionasse a contento.

A Emenda Constitucional n. 45 de 2004, também conhecida como a Reforma do Judiciário criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que passou, entre outras coisas, a padronizar determinados procedimentos administrativos no Judiciário bem como a ocupar-se de questões referentes à transparência administrativa e processual do referido poder.

É possível perceber a preocupação atual com questões de transparência e prestação de contas do Poder Judiciário Brasileiro por meio da Resolução n. 102 do CNJ, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a regulamentação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e às estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos, e que considera a necessidade de padronizar a apresentação das respectivas informações, de modo a lhes conferir inteligibilidade e comparabilidade em benefício da eficácia do controle social sobre os gastos públicos. A referida Resolução, portanto, torna evidente a preocupação com questões de *accountability*.

A suspeita de que havia atualmente um elevado grau de *accountability* disponibilizado aos cidadãos por meio dos portais *WEB* de determinadas instituições do Poder Judiciário Brasileiro e o desconhecimento de trabalhos que buscassem medi-lo foram os motivadores para a realização desta pesquisa, que teve como objetivo avaliar a *accountability* sob três dimensões, quais sejam, **Transparência, Participação e Interação, e Prestação de Contas e Resultados**, compostas por vinte e três indicadores ou variáveis, pesquisadas em sessenta e duas instituições do referido poder.

O desenho de pesquisa adotado no intuito de atingir o objetivo acima foi o não experimental tipo exploratório e, ao final, confirmou-se a hipótese de que há atualmente um elevado grau de *accountability* prestado à sociedade por meio dos portais *WEB*.

**Palavras Chave:** Poder Judiciário Brasileiro, prestação de contas, transparência, Tribunais Superiores, Tribunais de Segunda Instância.

## **The State of the Accountability in the Superior Courts and Courts of Appeal of the Brazilian's Judiciary Branch**

Since the Brazilian Constitution of 1988 the independence and autonomy of the Judiciary was guaranteed. Self-government of each court showed, however, incompatible with the aspirations of citizens for a judicial system that worked satisfactorily.

Constitucional Amendment n. 45 of 2004, also known as Judicial Reform created the National Judiciary Council (NJC), which started, among other things, to set the standard of certain administrative procedures in the judiciary as well as to deal with issues related to administrative and procedural transparency of that branch.

The current preoccupation with issues of transparency and accountability in Brazilian Judiciary can be seen through Resolution n. 102 of the NJC, from December 15, 2009, which provides the regulation of the information alluding to the budgetary and financial management, the staff board and remuneration structures of courts and councils, and considers the need to standardize the information's presentation in order to give it understandability and comparability, in the benefit of the effectiveness of social control over public spending. That Resolution enlightens the preoccupation with issues of accountability.

The suspicion that currently there is a high level of accountability available to citizens through the web portals of certain Brazilian's judiciary institution and the lack of studies that seek to measure it were the motivators for this research, wich aimed to assess the accountability in three dimensions, namely, **Transparency, Participation and Interaction, and Accountability and Results**, composed of twenty-three indicators or variables, studied in sixty-two institutions of that same branch.

The research design adopted in order to achieve the above objective was the non-experimental exploratory type and, in the end, the hypothesis that currently there is a high level of accountability provided to society through the web portals was confirmed.

**Key-words:** Brazilian Judiciary, accountability, transparency, Superior Courts, Court of Appeal.

## ÍNDICE GERAL

<b>Agradecimentos</b>	iii
<b>Resumo</b>	v
<b>Abstract</b>	vi
<b>Índice Geral</b>	vii
<b>Índice de Tabelas</b>	viii
<b>Índice de Gráficos</b>	viii
<b>Abreviaturas e Siglas</b>	ix
<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>PARTE 1: REVISÃO DE LITERATURA</b>	15
<b>CAPÍTULO 1: Panorama Geral da Justiça</b>	17
1.1 Conceito de <i>accountability</i>	18
1.2 <i>Accountability</i> e democracia	20
1.3 Dimensões da <i>accountability</i>	22
1.3.1 <i>Accountability</i> horizontal	22
1.3.2 <i>Accountability</i> vertical	23
1.4 <i>Accountability</i> no Poder Judiciário	23
1.5 Independência e legitimidade no Poder Judiciário	25
<b>CAPÍTULO 2: O Poder Judiciário Brasileiro</b>	29
2.1 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	29
2.2 Competência administrativa dos tribunais brasileiros	32
2.3 Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário Brasileiro	33
<b>PARTE 2 – ESTUDO EMPÍRICO: A Situação da <i>Accountability</i> em Tribunais Superiores e de Segunda Instância do Poder Judiciário Brasileiro</b>	35
<b>CAPÍTULO 3: Metodologia da Investigação</b>	37
3.1 Caracterização da pergunta de investigação, do objetivo e da hipótese	37
3.2 Desenho de pesquisa	37
3.3 Formulário para recolha de dados em portais <i>WEB</i>	38
3.3.1 Transparência	39
3.3.2 Participação e Interação	41
3.3.3 Prestação de Contas e Resultados	42
<b>CAPÍTULO 4: Análise e Discussão dos Resultados</b>	45
4.1 Caracterização da amostra	45
4.2 Análise descritiva dos resultados	45
4.2.1 Transparência	45
4.2.2 Participação e Interação	50
4.2.3 Prestação de Contas e Resultados	55
4.2.4 Percentuais de sucesso e médias nas três dimensões pesquisadas por grupo de instituição e em geral	60
<b>CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS</b>	69
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	71
<b>APÊNDICES</b>	75
Apêndice A - Relação dos endereços eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Superiores e Tribunais de Segunda Instância pesquisados	77
Apêndice B - Formulário para recolha de dados em portais <i>Web</i>	80
Apêndice C - Resolução n.102, de 15 de dezembro de 2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	82



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de instituições pesquisadas	38
Tabela 2 - Indicadores da dimensão Transparência	45
Tabela 3 - Indicadores da dimensão Participação e Interação	50
Tabela 4 - Indicadores da dimensão Prestação de Contas e Resultados	55

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de sucessos da dimensão Transparência por item	47
Gráfico 2 - Percentual de sucesso da dimensão Transparência nos Tribunais Superiores e no CNJ	48
Gráfico 3 - Percentual de sucesso da dimensão Transparência nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais	49
Gráfico 4 - Distribuição das novas ferramentas	51
Gráfico 5 - Número de sucessos da dimensão Participação e Interação por item	52
Gráfico 6 - Percentual de sucesso da dimensão Participação e Interação nos Tribunais Superiores e no CNJ	53
Gráfico 7 - Percentual de sucesso na dimensão Participação e Interação nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais	54
Gráfico 8 - Número de sucessos da dimensão Prestação de Contas e Resultados por item	57
Gráfico 9 - Percentual de sucesso da dimensão Prestação de Contas e Resultados nos Tribunais Superiores e CNJ	58
Gráfico 10 - Percentual de sucesso da dimensão Prestação de Contas e Resultados nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais	58
Gráfico 11 - Percentuais de sucesso de cada dimensão pesquisada na totalidade de instituições	59
Gráfico 12 - Percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Superiores e CNJ	61
Gráfico 13 - Percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais Federais	62
Gráfico 14 - Percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais Eleitorais	62
Gráfico 15 - Percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais do Trabalho	63
Gráfico 16 - Tribunais com mais elevado grau de <i>accountability</i> por grupo (Tribunais Superiores e CNJ e Tribunais Regionais)	65
Gráfico 17 - Média percentual de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais, Tribunais Superiores e CNJ e média geral	66

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC	-	Acre
AL	-	Alagoas
AM	-	Amazonas
AP	-	Amapá
BA	-	Bahia
CE	-	Ceará
CNJ	-	Conselho Nacional de Justiça
DF	-	Distrito Federal
ES	-	Espírito Santo
GO	-	Goiás
IBGC	-	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
MA	-	Maranhão
MG	-	Minas Gerais
MS	-	Mato Grosso do Sul
MT	-	Mato Grosso
PA	-	Pará
PB	-	Paraíba
PE	-	Pernambuco
PI	-	Piauí
PR	-	Paraná
RJ	-	Rio de Janeiro
RN	-	Rio Grande do Norte
RO	-	Rondônia
RR	-	Roraima
RS	-	Rio Grande do Sul
SC	-	Santa Catarina
SE	-	Sergipe
SP	-	São Paulo
STF	-	Supremo Tribunal Federal
STJ	-	Superior Tribunal de Justiça
STM	-	Superior Tribunal Militar
TO	-	Tocantins
TRE	-	Tribunal Regional Eleitoral
TRF	-	Tribunal Regional Federal
TRT	-	Tribunal Regional do Trabalho
TSE	-	Tribunal Superior Eleitoral
TST	-	Tribunal Superior do Trabalho



## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 representou um passo importante no sentido de garantir a independência e autonomia do Poder Judiciário, que passou a elaborar seu próprio orçamento, a ser submetido ao Congresso Nacional. O princípio da independência dos Poderes tornou-se efetivo e não meramente nominal (Sadek, 2004).

Muito embora a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas do Poder Judiciário deva ser realizada pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, no âmbito nacional, embora o Poder Judiciário sofra controle administrativo na escolha e modo de investidura de altos magistrados dos Tribunais Superiores, embora projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça sofram sempre o controle do Poder Legislativo (Moraes, 1998), há muito se estudava a criação, no Brasil, de um órgão que exercesse a supervisão administrativa e orçamentária do Poder Judiciário além de controlar o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

De acordo com Chimenti:

“Em que pese o nítido intuito democrático dos constituintes de 1988, a prática evidenciou que o autogoverno de cada Tribunal se mostra incapaz de garantir o bom funcionamento de um Poder que atua essencialmente na prestação de um serviço público essencial de caráter nacional. De sistemas informatizados que não conversam entre si a denúncias de impunidade quanto às faltas cometidas por magistrados no exercício de atividades jurisdicionais e administrativas, o sistema de autogoverno se mostrou incapaz de atender aos reclamos sociais por um sistema judiciário célere, eficiente e seguro.” (Chimenti, 2005 como citado em Nogueira, 2010, p. 25).

Assim, ponto extremamente importante para a história do Poder Judiciário foi a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), “(...) que visa, mediante ações de planejamento, à coordenação, ao controle administrativo e ao aperfeiçoamento no serviço público da prestação da justiça.”<sup>1</sup>, criado por meio da Emenda Constitucional n. 45 de 2004, também conhecida como a Reforma do Judiciário.

---

<sup>1</sup> Extraído do portal do CNJ <http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj>, em 14.11.2011.

Segundo Nogueira (2010) houve resistência à promulgação da EC n. 45 de 2004 e à instalação do CNJ, que advieram principalmente do próprio Poder Judiciário.

Para Tavares (2005 como citado em Nogueira, 2010) e Cesca (2006 como citado em Nogueira, 2010) alegava-se que o controle externo do judiciário feriria o princípio da separação dos poderes, principalmente pelo fato de o CNJ apresentar na sua composição pessoas externas aos quadros funcionais do Judiciário, mas ainda que mal recebido no meio da magistratura, a verdade é que o CNJ possibilita concretamente a participação da população na administração do Poder Judiciário (Minhoto, 2008) e o controle externo da Magistratura, com a criação de ouvidorias para o recebimento de reclamações (Lenza, 2005).

Especificamente por meio da Resolução n. 102 do CNJ, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a regulamentação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e às respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos e que, entre outros, considera a necessidade de padronizar a apresentação das respectivas informações, de modo a lhes conferir inteligibilidade e comparabilidade em benefício da eficácia do controle social sobre os gastos públicos, fica evidente a preocupação atual com questões de transparência e prestação de contas no Poder Judiciário Brasileiro. Desconhece-se, contudo, a existência de dados empíricos relativos ao tema no âmbito desse poder.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo avaliar o grau de *accountability* disponibilizado à sociedade com base nas informações apresentadas nos portais *WEB* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunais Superiores com sede em Brasília-DF, e dos Tribunais de Segunda Instância (nomeadamente os Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho), partindo-se da premissa de que há, atualmente, um considerável grau de *accountability* disponibilizado à sociedade por meio dos portais dessas instituições.

No intuito de atingir o objetivo traçado, o presente trabalho foi dividido em duas partes. A parte 1 é composta pela revisão de literatura ou fundamentação teórica. No capítulo 1 traça-se o panorama geral da justiça no que se refere à demanda por *accountability* no Poder Judiciário, abordam-se questões referentes ao conceito de *accountability*, suas dimensões horizontal e vertical e questões diretamente relacionadas à *accountability*, propriamente dita, independência e legitimidade do Poder Judiciário.

O capítulo 2, por sua vez, trata especificamente do Poder Judiciário Brasileiro no que é pertinente a este trabalho, como as questões sobre a composição geral do referido poder, criação e composição do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), questões da competência administrativa dos tribunais e da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário Brasileiro.

A parte 2 compreende o estudo empírico. O capítulo 3 traz a metodologia da investigação com a caracterização da pergunta de investigação e da hipótese, o desenho de pesquisa e a abordagem referente ao formulário utilizado para recolha de dados.

O capítulo 4 trata da análise e discussão dos resultados. É feita a caracterização da amostra e a análise descritiva dos resultados que levará à aceitação ou refutação da hipótese.



**PARTE 1:**  
**REVISÃO DE LITERATURA**





## CAPÍTULO 1: Panorama Geral da Justiça

Os tribunais brasileiros têm sido criticados por várias razões, entre elas pela morosidade, formalismo e ineficiência. Como se não bastasse, frequentes escândalos judiciais noticiados, relacionados com corrupção, levam a crer que não há transparência associada ao sistema judiciário brasileiro. (Brinks, 2005).

A necessidade de reforma na justiça é algo discutido no mundo inteiro. De acordo com Rocha (2008) a reforma da justiça deve passar pela adoção de um novo modelo organizacional capaz de gerar eficiência e *accountability* perante os cidadãos, resguardando-se obviamente a independência das decisões judiciais.

Segundo C. Pollitt et al (2006 como citado em Contini & Mohr, 2007, p. 26):

*“Since the mid 1990s, the contraction of available resources and the spread of ‘new public management’ approaches have presented new challenges to European judicial systems, expecting them to improve simultaneously their efficiency, quality of service delivery and accountability mechanisms, in line with the expectations on other branches of the public sector.”*

No Brasil não é diferente. O sistema judicial também tem experimentado novos desafios no sentido de melhorar simultaneamente sua eficiência, a qualidade dos serviços e os mecanismos de *accountability* e é fato que a autonomia administrativa e financeira atribuída ao Poder Judiciário Brasileiro pela Constituição Federal Brasileira de 1988 traz consigo a necessidade da contraprestação informacional própria do Estado de direito democrático, no qual a utilização dos recursos públicos em todos os níveis deve ser acompanhada de prestação de contas.

Segundo Espeland and Vannebo (2007), as demandas por maior *accountability* aparecem rotineiramente na mídia, entre os especialistas e na legislação.

Casey (1998) em seu artigo *“Defining Optimal Court Performance: the Trial Court Performance Standards”* elaborado a partir de um encontro de alguns indivíduos do judiciário americano em Arlington, na Virgínia - Estados Unidos da América com o objetivo de discutir as reponsabilidades fundamentais dos tribunais cita a área de “Independência e *Accountability*” como uma das cinco grandes áreas para estabelecimento do desempenho dos tribunais e, no caso específico da *accountability* fala da necessidade de os tribunais prestarem contas

publicamente do seu desempenho como um possível caminho para que o judiciário se torne honrado.

O Canadian Judicial Council (2006) cita a *accountability* como uma prioridade na administração dos tribunais, embora afirme que, curiosamente, não parece existir consenso quanto ao âmbito ou à natureza da *accountability* aplicável à administração judicial bem como aos instrumentos para medir *accountability* nesse cenário. Desmembra então a *accountability* na administração dos tribunais em dois leques, sendo o primeiro o que aponta para a necessidade de *accountability* relacionada à forma como os tribunais empregam os recursos públicos, que acreditam vir sempre à tona, mas ser raramente bem elaborada e o segundo leque que se refere às medidas de qualidade da justiça e do acesso à justiça, esse, segundo o órgão, ainda mais precariamente elaborado.

### **1.1 Conceito de *accountability***

Fearon (1999) parte do pressuposto que conceituar *accountability* não é ou não deveria ser exatamente problemático, o que não se comprova ao pesquisar-se a opinião de outros autores.

*“The concept of accountability is not by itself problematic, or at least it should not be. We say that one person, A, is accountable to another, B, if two conditions are met. First, there is an understanding, that A is obliged to act in some way on behalf of B. Second, B is empowered by some formal institutional or perhaps informal rules to sanction or reward A for her activities or performance in this capacity.”*  
(Fearon, 1999, p. 55).

Para Espeland and Vannebo (2007), o significado de *accountability* tem sofrido alterações ao longo dos tempos, mas tem sido frequentemente associado à governança, especialmente no que se refere à justificação das ações por parte dos que detém poder político àqueles que estão sujeitos ao seu poder.

Até para que seja possível falar da presença de *accountability* ou não, segundo Mota (2006) pressupõe-se a definição do que seja a *accountability*, pois a palavra é empregada em diversos sentidos. Segundo a autora, contudo, algumas ideias e expressões no sentido de conceituá-la são sempre recorrentes, como é o caso de responsabilização, prestação de contas,

moralidade administrativa, poder, abuso de poder, controle de poder, mecanismos de freios e contrapesos (*checks and balances*).

Ma and Hou (2009) afirmam que *accountability* é um conceito largamente utilizado, mas esquivo, e que Schedler (1999 como citado em Ma and Hou, 2009) no livro *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies* o reconstruiu. De acordo com a nova construção o conceito carrega duas conotações, quais sejam: *answerability*, que consiste na obrigação de informar ao público, explicar e justificar o que se fez no passado, se faz na atualidade e se pretende fazer no futuro e *enforcement*, relacionado à imposição de sanções àqueles que violam os deveres públicos e à concessão de recompensas aos que se comportam adequadamente. Aparentemente, *answerability possui dois elementos*: informação e justificação. Assim, segundo o autor, o conceito de *accountability* possuiria três elementos: informação, justificação e *enforcement*, sendo a informação um pré-requisito para se obter *accountability*.

Segundo Sano (2003) não há tradução em única palavra na língua portuguesa que possa expressar o significado de *accountability*. Campos (1990, p.31) afirma que “na verdade o que nos falta é o próprio conceito, razão pela qual não dispomos da palavra em nosso vocabulário.”

Pinho e Sacramento (2009) em seu artigo “*Accountability*: já podemos traduzi-la para o português?” buscam verificar se as alterações políticas, sociais e institucionais ocorridas no Brasil ao longo dos 20 anos decorridos desde a publicação do conhecido artigo brasileiro “*Accountability*: Quando Poderemos Traduzi-la para o Português?” de autoria de Anna Maria Campos possibilitaram a tradução da palavra pela criação do conceito de *accountability* em nível nacional. Conforme os autores o referido artigo, embora publicado em 1990, foi produzido em 1987, período no qual a Constituição Federal do Brasil estava em elaboração, ainda estavam por vir os ventos democráticos com o encerramento do regime militar e o país vinha de um regime ditatorial e infértil para o brotar de qualquer *accountability*, onde a primazia era a luta contra o estado autoritário. Concluem afirmando que, embora mais próximos de uma cultura de *accountability* no Brasil ainda não se chegou lá, o que, de certa forma, inviabiliza a tradução do termo para a língua portuguesa.

*“In general terms, an accountability relationship exists where a group or other entity demands an agente to report on the agent's activities. (...) Accountability issues commonly evolve from the delegation of power in the public context by virtue of*

*legislation. (...) Political accountability proceeds on the precept that individual or institutional actors who act on behalf of the community and are funded from public resources, be accountable to the ordinary citizens.” (Yusuf, 2010, p. 14).*

## **1.2 Accountability e democracia**

Embora pareça não haver consenso sobre o conceito de *accountability* na literatura, observa-se claramente que os requisitos para sua existência, embora não sejam exclusivos, estão diretamente relacionados à cultura democrática. (Contini & Mohr, 2007; Fearon, 1999; Manin, Przeworski, & Stokes, 1999b; Miguel, 2005; Raupp & Pinho, 2011; Voermans, 2007; Yusuf, 2010).

Segundo Miguel (2005) as democracias diretas são utópicas nas sociedades contemporâneas devido aos extensos territórios que inviabilizam a reunião ou o diálogo que incorpore cada cidadão. Assim as democracias representativas parecem constituir de certa forma a regra em sociedades populosas, complexas e especializadas como as contemporâneas. De forma muito resumida, a democracia representativa trata-se, segundo o autor, de um governo do povo no qual, contudo, o povo não está presente nos processos de tomada de decisão: é representado.

“A grande margem de liberdade de atuação dos representantes em relação aos representados é controlada, como Manin observa, por um contrapeso democrático: a liberdade de associação e de opinião dos eleitores. Estes contrapesos formam, indiretamente, uma das dimensões principais da *accountability*: a de transparência dos atos de gestão pública. A liberdade de opinião política depende de dois requisitos principais: acesso à informação política e liberdade de expressão de opiniões políticas a qualquer tempo. (...) O acesso à informação política é imprescindível para que os cidadãos formem sua própria opinião política e, para isso, as decisões governamentais devem ser públicas. Foi, inclusive, a partir dessa demanda que os debates parlamentares tornaram-se públicos na Grã-Bretanha do século XVIII” (Manin, 1997 como citado em Mota, 2006, pp. 21-22).

Manin, Przeworski and Stokes (1999b) acrescentam à definição de representação as razões pelas quais, curiosamente, os governantes normalmente representam os interesses das pessoas, passando pelas qualidades pessoais daqueles que se oferecem para o serviço público e da sua capacidade, segundo os autores, de se manter incorruptíveis pelo poder durante o mandato, pelo fato de que o voto efetivamente é utilizado pelos cidadãos tanto para escolher candidatos com os mesmos interesses dos eleitores como para destituir aqueles que os contrariam e pela constatação de que o próprio sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) existente entre os três poderes acaba por fazer com que, juntos, ajam de acordo com os interesses dos cidadãos.

*"Representation is defined as acting in the interest of the represented. (...) There are four generic reasons why governments may represent the interests of the people:*

- 1. Only those persons who are public-spirited offer themselves for public service, and they remain uncorrupted by power while in office.*
- 2. While individuals who offer themselves for public service differ in their interests, motivations, and competence, citizens use their vote effectively to select either those candidates whose interests are identical to those of the voters or those who are and remain devoted to the public service while holding office.*
- 3. While anyone who holds office may want to pursue some interests or values different from and costly to the people, citizens use their vote effectively to threaten those who would stray from the path of virtue with being thrown out of office.*
- 4. Separate powers of government check and balance each other in such a way that, together, they end up acting in people's best interest." (Manin, Przeworski, & Stokes, 1999b, pp. 2-4).*

Ademais, segundo os autores, para que se promova a representação, a democracia deve estar pautada num regime de informação livre. *"Thus, even if elections give governments a broad authorization to rule, this authorization should not extend to informing us. Our information must not depend on what governments want us to know."* (Manin, Przeworski, & Stokes, 1999b, p. 24).

Assim, de forma resumida a representação parece estar sempre relacionada a processos eleitorais, principalmente no que se refere à punição ou “*enforcement*” dos governantes.

*“The claim connecting democracy and representation is that under democracy governments are representative because they are elected: if elections are freely contested, if participation is widespread, and if citizens enjoy political liberties, then governments will act in the best interest of the people.”* (Manin, Przeworski, & Stokes, 1999a, p. 29).

Longe de querer esgotar aqui as considerações sobre democracia e seus variados tipos, parece ser perfeitamente possível afirmar que a *accountability* é inerente ao processo democrático e que, *public accountability*, “*the hallmark of modern democratic governance*” (Bovens, 2005, p.182) “*is extremely importante from a democratic perspective, as it helps citizens to control those holding public office.*” (March & Olsen, 1995; Mulgan, 2003 como citado em Bovens, 2007, p. 463).

### **1.3 Dimensões da *accountability***

O’ Donnell (1998) fala de duas dimensões da *accountability* , quais sejam a horizontal e a vertical.

#### **1.3.1 *Accountability* horizontal**

A *accountability* horizontal está, resumidamente, relacionada com a existência de órgãos do Estado que exercem fiscalização sobre os atos daqueles que compõem o governo.

De acordo com Louzada (2010):

“Essa forma de *accountability* baseia-se no sistema de *checks and balances*, de controle e avaliação mútua entre as instâncias institucionais do governo, a exemplo da atuação dos tribunais de contas e das ouvidorias, dentre outras. No caso brasileiro o sistema de *check and balance* é melhor identificado na relação dos Três Poderes, onde o Executivo é fiscalizado em suas ações pelo Legislativo e ambos respondem ao Judiciário.”

É também o caso nos Estados Unidos da América:

*“The state courts in the United States are situated within a government that is constitutionally structured with three branches: the executive, the legislative and the judicial. In theory, the first two branches govern while the third adjudicates. If each branch adheres to its role, this structure provides a means through which each branch regulates the behaviour of the other branches and constrains their ability to act outside their constitutionally mandated role, thus preventing the abuse of power. In the popular vernacular, this system is described as ‘the system of checks and balances.’”* (Schauffler, 2007, p. 112).

### **1.3.2 Accountability vertical**

Alicerçada na liberdade de expressão, de associação, de acesso a diversificadas fontes de informação, a *accountability* vertical, segundo O’ Donnell (1998) tem nas eleições razoavelmente livres e justas a sua maior expressão, pois por meio delas os cidadãos podem punir ou premiar um mandatário, votando contra ele ou a seu favor.

Segundo O’Donnell (1999 como citado em Louzada, 2010, p.20):

“Essa forma de *accountability* inclui os mecanismos institucionais que possibilitam aos cidadãos exigirem prestação de contas por parte da Administração Pública, bem como influenciarem em seus direcionamentos. Para isso é necessário que exista um conjunto de liberdades à disposição da sociedade, como a liberdade de opinião, de associação e de acesso às fontes variadas de informações. Para O’Donnell, essas liberdades permitiriam a fiscalização por parte da sociedade civil, bem como a possibilidade de articulação das demandas e a formulação de denúncias de atos irregulares praticados por autoridades públicas.”

### **1.4 Accountability no Poder Judiciário**

Em artigo que analisa os resultados de diversas pesquisas financiadas por várias instituições, entre elas “*The administration of justice in Europe and the evaluation of its quality*”, financiada pela *Agis programme of the European Union*, “*Case Assignment to courts and within courts*”, financiada pelo *Dutch Ministry of Justice*, “*Internal case allocation in courts*”, financiado



pelo *Netherlands Council for the Judiciary* e “*The quality of justice in Europe: policies, results and institutional settings*” financiado por *Italian Ministry of Research and by an International Strategic Links Grant from the University of Wollongong*, Austrália referentes aos desafios que se apresentam, a exemplo dos apresentados aos outros ramos do setor público, aos sistemas judiciários europeus pela *New Public Management* (Nova Gestão Pública) que tem requerido, como nos outros ramos, mudanças relativas à eficiência, qualidade dos serviços prestados e mecanismos de *accountability* no Judiciário, Contini and Mohr (2007) afirmam que há diferentes formas de *accountability* operando nos sistemas judiciais:

*“The empirical research allowed us to identify different forms of accountability based on different institutional and organisational arrangements and promoting different values. The traditional legal forms of legal accountability developed to protect the respect for formal rules, have been overlayed by new methods of managerial accountability that have been developed to protect and promote efficiency, cost control and link results to resources.”* (Contini & Mohr, 2007, pp. 29-30).

Os autores acrescentam ainda que:

*(...) The judicial registers, the files that record the proceedings in each case, the public nature of oral proceedings, judicial reasons for decisions and appeal courts are the mechanisms that keep track of the proceedings and allow the checks on the proper application of the law so that the legality of each case may be verified.* (Contini & Mohr, 2007, p. 32).

Segundo Contini and Mohr (2007), contudo, embora os mecanismos elencados no parágrafo anterior possam evidenciar alguma garantia de transparência na condução apropriada dos casos em si, eles não representam a *accountability* propriamente dita, uma vez que os erros que podem decorrer de tais processos não trazem consequências para aqueles que os praticam. Geralmente as consequências ficam restritas aos próprios processos judiciais e não às pessoas que realizam os atos. Além disso, de acordo com os autores, os procedimentos que demonstram conformidade com a lei por si só não esgotam a abrangência da *accountability* que deveria ocorrer nos tribunais, pois dizem muito pouco sobre a alocação de recursos destinados a essas instituições:

*“The procedures that ensure conformity to the law reflect the importance judicial systems give to protecting and enforcing fundamental principles of the rule of law*

*and the authority of the state. However, they tell us little about how they use the resources that the state allocates to them. To understand these outcomes, we need to consider systems of managerial accountability.” (Contini & Mohr, 2007, p. 32).*

Justificar a forma de utilização dos recursos públicos alocados é, nomeadamente, de suma importância no que se refere à consolidação do estado democrático que tem na cultura de *accountability* um dos seus importantes expoentes.

É interessante a colocação que Schauffler (2007) faz no seu artigo “*Judicial Accountability in the U. S. State Courts: measuring court performance*” no que se refere à realidade dos tribunais estaduais norte-americanos, onde as questões de *performance* e *accountability* têm sido reexaminadas basicamente como resposta à competição pelos recursos orçamentais escassos e onde tem-se observado, com a crescente complexidade na gestão dos tribunais, a necessidade de se obter algumas formas objetivas de medir *performance* e *accountability* com o intuito de informar os próprios gestores, o público e os parceiros sobre o quanto esses órgãos têm sido bem geridos:

*“Currently state courts in the United States are reexamining the issues of performance measurement and accountability. In part a response to competition for scarce budget resources, in part a response to the growing politicization of judicial decision-making and judicial selection, this reawakening of interest in an implementation of performance measurement is also a reflection of struggling with the increasing complexity of modern court management and the need for some objective measurement to inform court managers, the public and partners in government about how well the courts are managed. (...) Although the judicial branch budgets in the fifty states range from 0.5 to 5% of the total state budget in larger states this translates into hundreds of millions and even billions of dollars. With this growth in judicial branch budgets has come a demand by the executive and legislative branches for greater accountability” (Schauffler, 2007, p. 112).*

## **1.5 Independência e legitimidade no Poder Judiciário**

Além das questões referentes às formas de *accountability* que deveriam idealmente existir nos tribunais, Contini and Mohr (2007) chamam a atenção para um ponto crucial ao citarem Atchinson *et al.* que afirma que “*In the judicial reform debate, accountability and judicial*

*Independence are values that are generally considered to be in tension, if not actually clashing.*" (Atchinson *et al.* 1999 como citado em Contini & Mohr, 2007, p. 28). Acrescentam que de acordo com um diretor da *American Judicature Society*, os juizes defendem que sua independência é essencial, baseados em dois argumentos. *"The first is that Independence represents a value in itself. The second is that it is damaged by the mechanisms of accountability."* (Zemans, 1996 como citado em Contini & Mor, 2007, p.28). Concluem dizendo que há autores que concordam com o segundo argumento, mas que Russell, por exemplo, observa que em regimes liberais democráticos *"the liberal principle of judicial Independence runs up against the democratic principle of accountability,"* (Russel, 2001 como citado em Contini & Mor, 2007, p. 28) e que nesses regimes é cada vez mais difícil afirmar que não há necessidade de se cobrar *accountability* por parte dos juizes. *"The question of judicial accountability cannot be simply brushed aside with the argument that it is damaging to independence."* (Contini & Mohr, 2007, p. 28)

Segundo Ng,

*"Research has shown that the independent judiciary does its job in terms of deciding upon cases coming before them (and maybe responsible for case assignment within that decision-making process) and the administration does its job in trying to ensure that the court organisation supports the judges' role, without interfering with it."* (Ng, 2007 como citado em Ng, 2011, p.103).

Contudo, Ng (2011) afirma que têm ocorrido algumas experiências diferentes em governança judicial em modernas democracias, que há um crescente debate sobre a politização das funções judiciais e que se pode dizer que os juizes têm sido cada vez mais chamados a se envolver com questões de organização judicial e assuntos de gestão *"and in some cases being responsible or accountable for effective management towards the public."* (Ng, 2007 como citado em Ng, 2011, p.103). *"One of the effects of this process is a change in the way judges are held accountable within their function."* (Ng, 2007 como citado em Ng, 2011, p.103).

Nesse cenário de mudanças pelas quais passa o judiciário Voermans (2007) acrescenta que:

*"The original legitimization of judicial action lies in the independent role of a judge as an arbiter operating under the rule of law, judging conflicts, supervising and reviewing state actions. No need for democratic legitimization there: popular*

*influence is rather more of a threat within the rationale of this concept. This original pattern, however, no longer accomodates the judiciary in its changed setting and role. Kate Malleson <sup>2</sup> has pointed out that we live in an age of judicial activism, where – for instance - judges and judiciaries have expanded their judicial review into areas hitherto considered the reserve of politics, and where political life itself has become more judicialized. This transformation results in – what Malleson calls – a new judiciary. This new judiciary is activist, with new responsibilities in the field of law-making and even policy-making. This is partly the result of a global trend of judicialization due to, for example, the growth of international (human rights) law, partly the result of the need to empower the judiciary ‘vis-à-vis’ the other government branches, partly the effect of a legislative attitude to rely more and more on the judiciary to decide on controversial issues, in order to develop balanced case law.” (Voermans 2007, p. 149).*

O autor afirma que esses “novos judiciários” que até mesmo atuam parcialmente em plataformas políticas não podem mais se esconder do controle e *accountability* públicos sob a égide da independência judicial, se é que algum dia o puderam fazer. Se se deseja que os valores do regime democrático sejam efetivos nesse novo cenário, novas formas de controle e *accountability* do judiciário necessitam ser garantidas. *“Transparency, openness, a more eficiente delivery of justice, and new forms of interaction between politics and the judiciary are the modern buzz-words in debates on the accountability and legitimacy of non-elected organizations.”* (Voermans, 2007, p. 149).

Dallari (2005) bem lembra que, embora os agentes que atuam em nome do Poder Judiciário não sejam eleitos e, portanto, não sejam titulares de mandatos, exercem parcela do Poder Público e assim, como todo e qualquer detentor de prerrogativas públicas, recebem seus poderes do povo, mediante processo distinto de atribuição de tais poderes, prescrito, no caso brasileiro, pela própria Constituição. Por essa razão estão, elementarmente, sujeitos a controle, especialmente quando no exercício de funções administrativas que extrapolam as suas funções jurisdicionais e se relacionam à gestão da coisa pública, ou Administração Pública. Acrescenta que, se a Administração Pública é atividade típica do Poder Executivo é também atividade atípica dos poderes Legislativo e, claro, do Poder Judiciário. Assim, quando o Judiciário Brasileiro cuida da construção e conservação de prédios, da aquisição e manutenção de veículos, da seleção,

---

<sup>2</sup> (Malleson, 1999 como citado em Voermans, 2007, p. 149.)

treinamento e controle de pessoal, da elaboração da proposta orçamentária, da execução dos projetos e programas do seu orçamento e da aplicação dos seus recursos financeiros está a gerir a coisa pública e deve, extensivamente, prestar contas por isso.

É interessante como Voermans (2007) conclui em seu artigo que os tribunais e os judiciários na Europa e também nos Estados Unidos têm usado estratégias informacionais como um meio de tornarem-se mais abertos ao público, ou seja, para ampliar a transparência do funcionamento dessas instituições aumentando assim a *public accountability* e a capacidade de resposta aos cidadãos, que chama de “*social accountability*” e que, num paralelo, poderia ser equiparada à dimensão vertical da *accountability* enunciada por O’ Donnell (1998). Acrescenta ainda que “*Courts do not seem to be reluctant when it concerns the provision of information, waiting for legislation that forces them to hand over information, but rather actively trying, in a inviting way, to provide as much information and transparency as is possible.*” (Voermans, 2007, p. 159).

No Brasil as coisas também parecem caminhar nesse sentido.

## **CAPÍTULO 2: O Poder Judiciário Brasileiro**

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF, 1988) são órgãos do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça (incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004), os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal (Brasília – DF) e o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

Entrar em detalhes sobre a composição do Poder Judiciário Brasileiro não é objetivo deste trabalho. O único órgão a ser apresentado de forma mais aprofundada por estar diretamente relacionado ao tema desta dissertação é o Conselho Nacional de Justiça. Contudo, cabe esclarecer algumas questões.

A justiça brasileira está dividida basicamente em justiça especializada, composta pela Justiça Militar, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho que julgam matérias de sua área de competência e justiça comum, onde se julgam matérias não contempladas pela justiça especializada. O órgão de segunda instância da Justiça Militar é o Superior Tribunal Militar (STM), os da Justiça Eleitoral são os Tribunais Regionais Eleitorais e os da Justiça do Trabalho são os Tribunais Regionais do Trabalho. A Segunda Instância na Justiça Comum Federal é exercida pelos Tribunais Regionais Federais.

Segundo Ribeiro (2000) há dois tribunais que exercem jurisdição sobre a justiça comum federal e estadual: o Supremo Tribunal Federal, tribunal predominantemente constitucional, órgão de cúpula de todo o Judiciário, incluindo a justiça especializada militar, eleitoral e do trabalho e o Superior Tribunal de Justiça, tribunal de cúpula da justiça comum federal e estadual que zela pela autoridade e uniformidade interpretativa do direito federal.

### **2.1 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um órgão voltado à reformulação de quadros e meios no Judiciário, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Foi criado em 31 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005. Trata-se de um órgão do Poder Judiciário com sede em Brasília - DF e atuação em todo o território

nacional, que visa, mediante ações de planejamento, à coordenação, ao controle administrativo e ao aperfeiçoamento no serviço público da prestação da Justiça<sup>3</sup>.

A Constituição (1988) estabelece no artigo 103-B a composição do Conselho Nacional de Justiça, que é de quinze membros, com mandato de dois anos admitida uma recondução. Compõem o CNJ, portanto: o Presidente do Supremo Tribunal Federal; um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal; um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal; um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal; um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho; um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República; um membro do Ministério Público Estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.”

Observa-se claramente na composição do Conselho Nacional de Justiça referida acima a preocupação com a manutenção da legitimidade, diante da inexistência de eleições para a composição dos órgãos do judiciário, estampada na inexistência de dominação de um grupo sobre o outro, conforme enuncia Malleson “(...) *in order to maintain the legitimacy of the judiciary in modern democracy, increasingly one sees that appointment systems for judges also take into account the need for the judicial body to be representative of society, so it should not be seen to be dominated by one group in society over another.*” (Malleson, 1999 como citado em NG, 2011, p. 104).

Ainda de acordo com o artigo 103-B (CF, 1988), o Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

---

<sup>3</sup> Extraído do portal do CNJ <http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj>, em 14.11.2011.

Não efetuadas as indicações no prazo legal, a escolha caberá ao Supremo Tribunal Federal.

As competências do CNJ por sua vez estão previstas no artigo 103-B parágrafo 4º da CF (1988). De acordo com o referido artigo, compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências; zelar pela observância do art. 37<sup>4</sup> e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União, receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria, com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa; representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade; rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano; elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário; elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser enviada ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá, de acordo com o artigo 103-B, parágrafo 5º da CF (1988) a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários; exercer funções de inspeção e de correição

---

<sup>4</sup> O art. 37 da CF 1988 dispõe, entre outras coisas, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



geral; requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios para auxílio técnico às suas manifestações.

Conforme os parágrafos 6º e 7º do artigo 103-B da CF (1988) o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficialarão junto ao CNJ e a União criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, por meio de representação feita diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

## **2.2 Competência administrativa dos tribunais brasileiros**

A CF (1988) prevê no artigo 96 inciso I que os tribunais são competentes para eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos; para organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva; para prover, na forma prevista na Constituição Federal de 1988, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição; para propor a criação de novas varas judiciárias; para prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169<sup>5</sup> da Constituição Federal de 1988, parágrafo primeiro, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei e para conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados.

O inciso II do artigo em questão estabelece ainda que compete ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça<sup>6</sup> propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal de 1988 a alteração do número de membros dos tribunais inferiores; a criação e a extinção de cargos e a remuneração

---

<sup>5</sup> Art. 169 da CF: A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

1º§ A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

- I. Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes,
- II. Se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

<sup>6</sup> Integram o Poder Judiciário Estadual.

dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver<sup>7</sup>; a criação ou extinção dos tribunais inferiores e a alteração da organização e da divisão judiciárias.

### **2.3 Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário Brasileiro**

Por fim o artigo 99 da CF (1988) assegura ao Poder Judiciário Brasileiro a autonomia administrativa e financeira. De acordo com o referido artigo os tribunais brasileiros elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O encaminhamento das propostas no âmbito da União, ouvidos os outros tribunais interessados, será da competência dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais. Já no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, será da competência dos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais. Se os órgãos do Judiciário não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente e se as propostas orçamentárias forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. A constituição ainda prevê que, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias durante a execução orçamentária do exercício, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

---

<sup>7</sup> Redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 19/12/2003. Observa-se aqui também o disposto no art. 169 da CF.



**PARTE 2**

**ESTUDO EMPÍRICO:**

**A Situação da *Accountability* em Tribunais  
Superiores e de Segunda Instância do  
Poder Judiciário Brasileiro**



## **CAPÍTULO 3: Metodologia da Investigação**

### **3.1 Caracterização da pergunta de investigação, do objetivo e da hipótese**

Diante da contextualização teórica, apresenta-se a seguinte pergunta de investigação:

“Qual o grau de *accountability* disponibilizado à sociedade brasileira por meio dos portais *WEB* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunais Superiores com sede em Brasília-DF, e dos Tribunais de Segunda Instância (nomeadamente os Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho)?”

Assim, o objetivo deste trabalho consiste em avaliar o grau de *accountability* disponibilizado à sociedade com base nas informações prestadas em portais *WEB*.

A escolha dos portais *WEB* decorreu da crescente importância que esses instrumentos têm no relacionamento com os seus públicos e do fato de representar canal de comunicação direta com a população. (Lenk & Traunmuller, 2001 como citado em Louzada, 2010).

Diante da afirmação de Lakatos e Marconi (1997) de que hipóteses são conjecturas que provavelmente e temporariamente respondem ao problema de pesquisa, a hipótese a ser testada, por sua vez é:

“Há um elevado grau de *accountability* disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* dos órgãos pesquisados do Poder Judiciário.”

### **3.2 Desenho de pesquisa**

O desenho de pesquisa adotado para realização do presente trabalho foi o não experimental tipo exploratório.

A pesquisa constou da análise de normas, leis, bases de dados bibliográficos e da avaliação da *accountability*, por questões de exequibilidade, em sessenta e dois portais – conforme Apêndice A - do Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Superiores e Tribunais de Segunda Instância (Tribunais Regionais) Brasileiros do Poder Judiciário da União, de acordo com a tabela a seguir, no período de 23 de janeiro a 20 de fevereiro de 2012.

**Tabela 1 - Relação de instituições pesquisadas**

CNJ e Tribunais Superiores (sede em Brasília-DF)	
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	
Supremo Tribunal Federal (STF)	
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	
Superior Tribunal Militar (STM)	
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	
Tribunal Superior do Trabalho (TST)	
Tribunais de Segunda Instância	
Tribunal Regional Eleitoral (TRE)	27 Regiões
Tribunal Regional Federal (TRF) <sup>8</sup>	5 Regiões
Tribunal Regional do Trabalho (TRT)	24 Regiões

Fonte: Elaboração própria

### 3.3 Formulário para recolha de dados em portais *WEB*

Para a devida avaliação da *accountability* disponibilizada à sociedade foi desenvolvido modelo de análise baseado no utilizado na dissertação de mestrado de Louzada (2010), com as devidas adaptações para o ambiente judiciário, especialmente no que se refere à aplicação da Resolução n. 102 (2009) do CNJ - Apêndice C - que dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos brasileiros.

Diante da falta de consenso na literatura sobre a definição de *accountability*, para poder auferir o grau de *accountability* prestado à sociedade por meio dos portais do CNJ e dos tribunais pesquisados adotou-se o constructo utilizado por Louzada (2010) segundo o qual a *accountability* decorreria da união de três dimensões, quais sejam: **Transparência,**

<sup>8</sup> Tribunal Regional Federal da 1ª Região: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins – sede em Brasília.

Tribunal Regional Federal da 2ª Região: Rio de Janeiro e Espírito Santo – sede no Rio de Janeiro.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região: São Paulo e Mato Grosso do Sul – sede em São Paulo.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – sede em Porto Alegre.

Tribunal Regional Federal da 5ª Região: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe – sede em Recife.

**Participação e Interação, e Prestação de Contas e Resultados** e estabeleceu-se para cada uma das dimensões os indicadores (ou variáveis) que as exprimiriam, elaborando-se um formulário para coleta dos dados, conforme Apêndice B.

A análise de *accountability* foi, então, realizada contabilizando-se o valor “S” (Sim) para cada variável presente - sucesso - no portal *WEB*, “I” (Incompleto) para os itens que não continham todas as informações constantes dos anexos da Resolução n. 102 (2009) do CNJ e “N” (Não) para os indicadores ausentes - insucesso. Em seguida foi calculada a quantidade e a percentagem de sucesso de cada dimensão, complementando-se com o cálculo das quantidades e percentagens de sucessos, de itens incompletos e de insucessos de cada indicador nos respectivos tribunais.

### **3.3 1. Transparência**

Segundo Martins (2004 como citado em Louzada, 2010) qualquer grau de transparência previsto no ordenamento jurídico é tido como característica básica para o Estado de direito e “O acesso à informação é o principal critério para a gestão da coisa pública.” (Martins, 2004 como citado em Louzada, 2010, p. 31).

Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) a transparência não consiste apenas na obrigação de o agente informar suas ações que dizem respeito à gestão mas vai além, por constituir ainda o desejo de disponibilizar às partes informações que são do interesse delas, extrapolando aquelas impostas por leis ou regulamentos. As informações que denotam transparência são as voltadas para as ações das empresas e as decisões dos gestores. (IBGC, 2009 como citado em Louzada, 2010).

Fazendo a ponte para o Poder Judiciário e no âmbito deste trabalho, a transparência estará associada às informações sobre ações e decisões relacionadas à gestão do conselho e dos tribunais, e aos dados que trazem informações sobre os seus recursos humanos e remuneração, conforme Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.

Assim a primeira dimensão de *accountability*, **Transparência**, será avaliada por meio de nove indicadores (ou variáveis), quais sejam:



1. Estrutura remuneratória: que constará das estruturas remuneratórias vigentes para cargos efetivos<sup>9</sup>, cargos em comissão e funções de confiança - os quais, dentre outras características podem ser preenchidos também por cidadãos que não detenham cargos efetivos - e membros da magistratura, nos moldes do Anexo III a, b e c da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
2. Quantitativo de pessoal: que constará do quantitativo dos cargos efetivos, do quantitativo dos cargos em comissão e funções de confiança, da origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança, e da situação funcional dos servidores ativos, nos moldes do Anexo IV a, b, c e d da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
3. Relação de membros da magistratura e demais agentes públicos: onde deverá constar o nome, a matrícula funcional, o cargo, a função de confiança/cargo em comissão, a lotação, o número e a data da publicação do ato de provimento, nos moldes do Anexo V da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
4. Relação de empregados terceirizados: onde deverá constar a relação dos empregados de empresas contratadas em exercício nos órgãos, a empresa a que pertencem, o cargo ou atividade que exercem e o local onde o exercem, nos moldes do Anexo VI da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
5. Relação de servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, exceto empregados terceirizados: onde deverá constar o nome, cargo ou emprego efetivo, órgão de origem, regime jurídico, lotação no órgão, instrumento de cessão e data de início, nos moldes do Anexo VII da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
6. Divulgação de dados sobre licitação: onde deverão constar dados sobre datas das licitações, valores, dados sobre licitações anteriores. Como reconhecido por Amaral (2007 como citado em Louzada, 2010, p. 31) “Essa variável é de fundamental importância para a *accountability*, (...) pois possibilita uma adequada transparência com relação aos custos das obras ou investimentos.”
7. Missão: Segundo Louzada (2010, p. 31) “O conhecimento da missão da empresa permite ao cidadão melhor direcionamento na cobrança da efetividade

---

<sup>9</sup> Aqueles cargos de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo cuja nomeação depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade. (Lei n. 8.112, 1990).

da empresa e dos atos ligados à sua gestão.” O mesmo, diga-se de passagem, se aplica ao conselho e aos tribunais.

8. Leis e normas que regem o Tribunal: a publicação das leis e normas que regem o Tribunal nos portais *WEB* permite ao cidadão verificar a adequação dos serviços prestados ao texto legal.
9. Detalhamento da folha de pagamento de pessoal (valores brutos em Reais): onde deverão constar, segundo art. 3º, VI da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C “as remunerações e diárias, pagas individualmente a membros da magistratura, servidores, colaboradores e colaboradores eventuais, sem identificação nominal do beneficiário, na forma do Anexo VIII, agrupados por unidade administrativa (secretarias e congêneres) ou judiciária (gabinetes e varas).”

### **3.3 2. Participação e Interação**

De acordo com Dallari (1991 como citado em Louzada, 2010, p. 32) “a participação popular é uma das maiores características da democracia. A vontade popular abre canais de apuração e fiscalização por parte da nação.”

A participação popular possibilita o debate em torno da tomada de decisão das instituições públicas e o aumento da discussão e dos debates pode contribuir para que se tomem decisões voltadas para as demandas da sociedade (Amaral, 2009 como citado em Louzada, 2010).

No âmbito deste trabalho, a dimensão **Participação e Interação** estará associada às ferramentas e meios capazes de permitir a aludida participação e interação, quer seja pela disponibilização de *links* que permitam ao cidadão obter informações (como no caso do Fale Conosco) ou efetuar críticas, sugestões, denúncias entre outros (como no caso das Ouvidorias), quer pela disponibilização dos *e-mails* e telefones institucionais que permitem a interação do cidadão com os tribunais e conselho, quer seja por meio de formatos de distribuição de informações como notícias e andamentos processuais pela Internet de forma automática e em tempo real mediante cadastro do cidadão, como o RSS, quer pelas redes sociais, como o *Facebook* ou *Twitter*, que permitem aos cidadãos enviar e receber atualizações àqueles que assinaram para se tornar seguidores de determinados contatos – pessoas, instituições - quer

pelo compartilhamento de vídeos pelo *Youtube* ou imagens fotográficas/documentos gráficos pelo *Flickr*.

A segunda dimensão de *accountability*, **Participação e Interação**, será avaliada, assim, por meio de cinco indicadores (ou variáveis), quais sejam:

1. Existência de link Fale Conosco: ferramenta de caráter menos formal que a Ouvidoria, geralmente associada a pedido de informações e solução de pequenas dúvidas.
2. Existência de Ouvidoria: ferramenta de caráter formal, que conta com ouvidor constituído e representa canal de diálogo entre a Administração e o cidadão que se utiliza dos serviços prestados pelos tribunais. Por meio da Ouvidoria é possível efetuar reclamações, sugestões, críticas, elogios, até mesmo denúncias, entre outros, que serão ou não conhecidos de acordo com o previsto em lei. Representa canal de diálogo entre o usuário e a Administração, meio que propicia o efetivo exercício da cidadania.
3. Divulgação dos *e-mails* institucionais para contato: Se como diz Louzada (2010), a simples disponibilização de endereço eletrônico para contato direto com diretores ou setores das empresas, e onde se lê empresas, por analogia leia-se conselho e tribunais, não garante uma boa *accountability*, por outro lado demonstra a intenção dessas instituições de disponibilizar meios de interação da sociedade com os gestores da instituição, o que, complementemente-se, é positivo.
4. Divulgação de telefones institucionais para contato.
5. Novas Ferramentas (RSS, *Twitter*, *Facebook*, *Youtube*, *Flickr*.)

### 3.3 3. Prestação de Contas e Resultados

Para o IBGC (2009 como citado em Louzada, 2010) a definição de prestação de contas se confunde com a própria *accountability*. “Segundo o Instituto, os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação financeira, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.” (IBGC, 2009 como citado em Louzada, 2010, p. 33).

Finalmente, a terceira dimensão de *accountability*, **Prestação de Contas e Resultados**, será avaliada por meio de nove indicadores (ou variáveis), quais sejam:

1. Despesas com pessoal: aquelas que, de acordo com o art. 2º, inciso I da Resolução n. 102 (2009) do CNJ são despesas relativas aos servidores ou empregados dos órgãos, inclusive requisitados e comissionados, observado o detalhamento de despesas com pessoal ativo, despesas com pessoal inativo e pensões, encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal e despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado, pagos a servidores ou empregados, de acordo com ação orçamentária específica, nos moldes do Anexo I, Inciso I da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
2. Despesas com investimento: aquelas que, de acordo com o art. 2º, inciso III da Resolução n. 102 (2009) do CNJ são despesas de capital referentes à construção e ampliação da infraestrutura física e operacional do órgão podendo ser despesas para construção e reforma de imóveis, para aquisição de material permanente, como veículos, equipamentos de informática, programas de informática, entre outros, nos moldes do Anexo I, Inciso III da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
3. Despesas de custeio: aquelas que, de acordo com o art. 2º, inciso II da Resolução n. 102 (2009) do CNJ são necessárias à manutenção de serviços criados, referentes ao funcionamento da Administração, como os auxílios transporte, alimentação, creche, assistência médica e odontológica, diárias pagas a membros da magistratura, agentes públicos, servidores, empregados e colaboradores, passagens e despesa com locomoção, indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia, aluguel de imóveis, serviços de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações e de comunicação em geral, serviços de informática, de limpeza e conservação, de vigilância armada e desarmada, de publicidade, locação de mão de obra, serviços de seleção e treinamento, aquisição de material de expediente, de material de processamento de dados e de software, de material bibliográfico, de combustíveis e lubrificantes, de gêneros alimentícios, serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais dentre outros, nos moldes do Anexo I, Inciso II da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
4. Despesas com inversões financeiras: aquelas que, de acordo com art. 2º, inciso IV da Resolução n. 102 (2009) do CNJ são despesas de capital que implicam

aquisição de imóveis e participações em empresas ou empreendimentos, passíveis de alienação posterior, nos moldes do Anexo I, Inciso IV da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.

5. Repasses do Tesouro Nacional: são aqueles recursos financeiros que, de acordo com o art. 2º, inciso V da Resolução n. 102 (2009) do CNJ são transferidos ou colocados à disposição do órgão pelo Tesouro Nacional, em cada mês, destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais, despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, nos moldes do Anexo I, Inciso V da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
6. Receitas: são os ingressos de recurso que, de acordo com o art. 2º, inciso VI da Resolução n. 102 (2009) do CNJ, são diretamente arrecadados pelo órgão em cada mês, e podem constituir recursos a título de custas judiciais, recursos a título de taxas judiciárias, recursos a título de serviços extrajudiciários e demais recursos de acordo com previsão em leis específicas, nos moldes do Anexo I, Inciso VI da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
7. Execução orçamentária (valores macros): informações referentes à execução orçamentária serão avaliadas nos moldes do Anexo II da Resolução n. 102 (2009) do CNJ – Apêndice C.
8. Apresentação de objetivos e metas anuais: que permitirão ao cidadão acompanhar a linha de condução dos trabalhos do conselho e dos tribunais.
9. Divulgação do relatório anual de gestão: aquele relatório que apresenta os resultados anuais alcançados, baseados nas metas e objetivos estipulados, permitindo ao cidadão acompanhar os resultados alcançados pelos tribunais e conselho. Também conhecido como relatório de atividades.

## CAPÍTULO 4: Análise e Discussão dos Resultados

### 4.1 Caracterização da amostra

Conforme abordado no capítulo 3, optou-se, por questões de exequibilidade, em avaliar a *accountability* do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Segunda Instância (Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho) da justiça comum e especializada do Poder Judiciário da União. Assim, o universo alvo ficou constituído por sessenta e dois portais do Conselho Nacional de Justiça e tribunais brasileiros que foram pesquisados na sua totalidade conforme relação constante no Apêndice A, no período de 23 de janeiro a 20 de fevereiro de 2012.

### 4.2 Análise descritiva dos resultados

Após a coleta de dados nos portais *WEB* do CNJ e dos sessenta e um tribunais pesquisados faz-se necessário analisar as informações coletadas no sentido de corroborar ou refutar a hipótese de que:

“Há um elevado grau de *accountability* disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* dos órgãos pesquisados do Poder Judiciário.”

#### 4.2.1. Transparência

**Tabela 2 - Indicadores da dimensão Transparência**

INDICADORES	SIM		INCOMPLETO		NÃO	
	Ocorr. <sup>10</sup>	%	Ocorr. <sup>11</sup>	%	Ocorr. <sup>12</sup>	%
I.1. Estrutura remuneratória	56	91%	2	3%	4	6%
I.2. Quantitativo de pessoal	58	94%	2	3%	2	3%
I.3. Relação de membros da magistratura e demais agentes públicos	54	88%	6	9%	2	3%
I.4. Relação de empregados terceirizados	56	91%	0	0%	6	9%

<sup>10</sup> Número de ocorrências.

<sup>11</sup> Número de ocorrências.

<sup>12</sup> Número de ocorrências.

I.5. Relação de servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, exceto empregados terceirizados	58	94%	0	0%	4	6%
I.6. Divulgação de dados sobre licitações	61	98%	0	0%	1	2%
I.7. Missão	51	82%	0	0%	11	18%
I.8. Leis e normas que regem o Tribunal	62	100%	0	0%	0	0%
I.9. Detalhamento da folha de pagamento de pessoal (valores brutos em Reais)	56	91%	1	2%	5	7%
TOTAIS DE OCORRÊNCIAS:	512	92%	11	2%	35	6%

Fonte: Elaboração própria

A dimensão **Transparência** foi a que apresentou o maior número de ocorrências positivas dos indicadores pesquisados nos portais *WEB* dos sessenta e dois órgãos avaliados do Poder Judiciário (Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Superiores e Tribunais de Segunda Instância ou Tribunais Regionais). Quinhentos e doze dos indicadores (92%) dos quinhentos e cinquenta e oito pesquisados (que correspondem aos nove indicadores da dimensão **Transparência** multiplicados pelos sessenta e dois órgãos pesquisados) estavam presentes nos portais, onze (2%) estavam presentes, mas de forma incompleta e trinta e cinco (6%) não constavam dos portais *WEB* pesquisados. Pode-se dizer, portanto, que em relação à dimensão **Transparência** o CNJ, os Tribunais Superiores e os de Segunda Instância do Poder Judiciário da União apresentam um grau de 92% de *accountability*. Para ter-se uma ideia, sete indicadores dos nove pesquisados foram encontrados em mais de 90% dos portais enquanto que os dois restantes o foram em mais de 80%.

Assim, conforme a tabela acima, o indicador Estrutura remuneratória estava presente em cinquenta e seis dos órgãos pesquisados (91% deles), incompleto em dois (3% das instituições) e ausente em quatro (6 % dos portais *WEB* pesquisados).

O Quantitativo de pessoal, por sua vez, estava presente em cinquenta e oito dos órgãos (94%), incompleto em dois (3 % deles) e ausente também em dois (3%).

A Relação de membros da magistratura e demais agentes públicos foi encontrada em cinquenta e quatro dos portais pesquisados (88%), constava de forma incompleta em seis deles (9%) e não constava em dois (3%).

A Relação de empregados terceirizados apareceu em cinquenta e seis dos órgãos (91% deles) e não apareceu em seis (9%).

A Relação de servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, exceto empregados terceirizados foi localizada em cinquenta e oito dos portais *WEB* (94%) e não foi encontrada em quatro deles (6%).

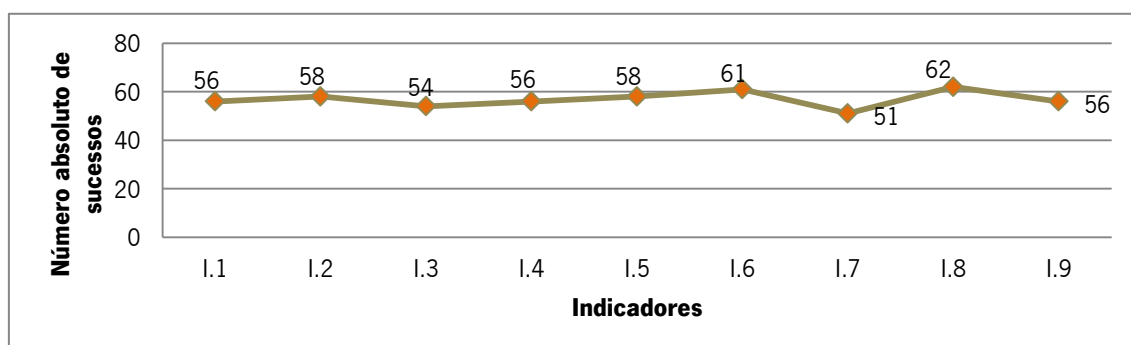
A Divulgação de dados sobre licitações ocorreu em sessenta e um dos portais pesquisados (98%) e não foi localizada em apenas um deles (2%).

A Missão, por sua vez, apareceu apenas em cinquenta e um dos portais (82%) e esteve ausente em onze deles (18%). Foi, portanto o indicador menos localizado nos portais *WEB* pesquisados, dentro da dimensão **Transparência**.

Em contrapartida, as Leis e normas que regem o Tribunal foram localizadas em todos os sessenta e dois portais *WEB* pesquisados (100%), constituindo o único item, nas três dimensões estudadas, disponibilizado por todos os órgãos.

Por fim, o último indicador da dimensão **Transparência**, Detalhamento da folha de pagamento de pessoal (valores brutos em Reais), foi encontrado em cinquenta e seis dos portais (91%), estava incompleto em um deles (2%) e não foi encontrado em cinco (7%).

**Gráfico 1 - Número de sucessos da dimensão Transparência por item**

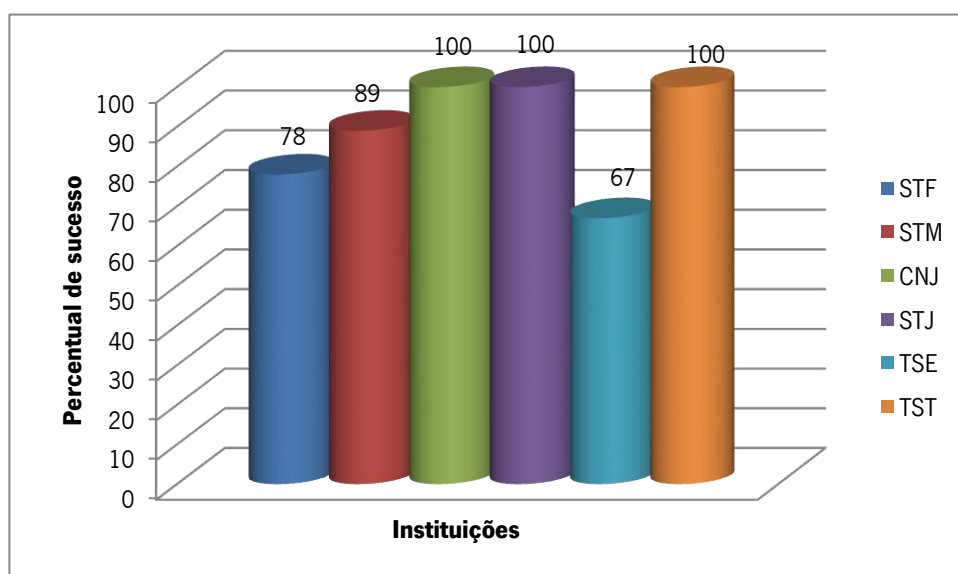


Fonte: Elaboração própria



O gráfico anterior sistematiza, em números absolutos, a colocação hierárquica dos indicadores que compõem a dimensão **Transparência**. Assim o indicador I.8, Leis e normas que regem o Tribunal, é o único na dimensão (e também em toda a pesquisa) que apareceu no total de órgãos pesquisados, ou seja, nos 62 portais (cem por cento), sendo o indicador primeiro colocado na dimensão e em toda a pesquisa, considerado portanto o indicador de *accountability* mais disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* das instituições pesquisadas, seguido do indicador I.6, Divulgação de dados sobre licitações, presente em 61 dos órgãos (noventa e oito por cento), dos indicadores I.2 e I.5, respectivamente, Quantitativo de pessoal e Relação de servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, exceto empregados terceirizados, ambos com 58 ocorrências de sucesso (noventa e quatro por cento), dos indicadores I.1, I.4 e I.9, respectivamente, Estrutura remuneratória, Relação de empregados terceirizados e Detalhamento da folha de pagamento de pessoal (valores brutos em Reais), os três com 56 ocorrências de sucesso cada (noventa e um por cento) e, por fim, o indicador I.7, Missão, que aparece em 51 instituições (oitenta e dois por cento), e é, pode-se dizer, o indicador menos disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* das instituições pesquisadas dentro da dimensão Transparência.

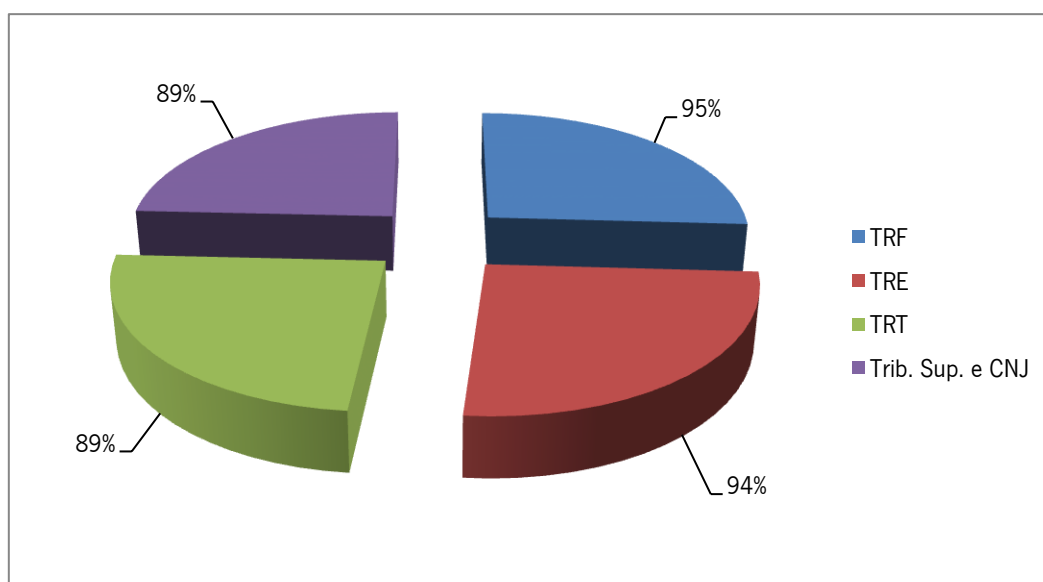
**Gráfico 2 - Percentual de sucesso da dimensão Transparência nos Tribunais Superiores e no CNJ**



Fonte: Elaboração própria

No gráfico que trata do percentual de sucesso da dimensão **Transparência** nos Tribunais Superiores e no CNJ fica evidente o destaque do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que disponibilizaram os nove itens referentes à dimensão, 100% deles, portanto. Em seguida aparece o STM (Superior Tribunal Militar), que disponibilizou oito dos itens, 89%, logo após o STF (Supremo Tribunal Federal), com sete, 78% dos itens e por último o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que disponibilizou seis dos itens referentes à dimensão **Transparência**, ou 67% deles.

**Gráfico 3 - Percentual de sucesso da dimensão Transparência nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais**



Fonte: Elaboração própria

É possível visualizar no gráfico acima que compara os percentuais de sucesso da dimensão **Transparência** nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais que os melhores colocados são os TRF (Tribunais Regionais Federais), com 95% de sucesso na dimensão ou disponibilização de quarenta e três dos quarenta e cinco sucessos possíveis para a dimensão pesquisada, uma vez que são cinco os TRF e nove os indicadores da dimensão **Transparência**, seguidos dos TRE (Tribunais Regionais Eleitorais), com 94% ou duzentos e vinte e nove dos duzentos e quarenta e três sucessos possíveis, em virtude de serem vinte e sete os TRE e nove os indicadores da dimensão em questão, e dos TRT (Tribunais Regionais do Trabalho) com cento e noventa e dois dos duzentos e dezesseis sucessos possíveis nos vinte e

quatro TRT existentes e dos Tribunais Superiores e Conselho Nacional de Justiça com quarenta e oito dos cinquenta e quatro sucessos possíveis nas seis instituições que compõem o grupo, empatados com 89% de sucesso na dimensão em questão.

#### 4.2.2. Participação e Interação

**Tabela 3 - Indicadores da dimensão Participação e Interação**

INDICADORES	SIM		INCOMPLETO		NÃO	
	Ocorr. <sup>13</sup>	%	Ocorr. <sup>14</sup>	%	Ocorr. <sup>15</sup>	%
I.1. Existência de <i>link</i> Fale Conosco	29	47%	0	0%	33	53%
I.2. Existência de Ouvidoria	57	92%	0	0%	5	8%
I.3. Divulgação dos <i>e-mails</i> institucionais para contato	32	52%	0	0%	30	48%
I.4. Divulgação de telefones institucionais para contato	61	98%	0	0%	1	2%
I.5. Novas Ferramentas (RSS, <i>Twiter</i> , <i>Facebook</i> , <i>YouTube</i> , <i>Flickr</i> .)	41	66%	0	0%	21	34%
TOTAIS DE OCORRÊNCIAS:	220	71%	0	0%	90	29%

Fonte: Elaboração própria

A dimensão **Participação e Interação** foi a que apresentou o menor índice de ocorrências positivas dos indicadores pesquisados nos portais *WEB* do CNJ e dos tribunais em estudo. Houve duzentas e vinte ocorrências positivas (71%), nenhuma delas de forma incompleta e noventa ocorrências negativas. Assim é possível afirmar que em relação à dimensão **Participação e Interação** o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais Superiores e de Segunda Instância (ou Regionais) do Poder Judiciário da União apresentam um grau de 71% de *accountability*. Apenas dois dos indicadores dos cinco pesquisados obtiveram mais de 90% de presença nos portais enquanto que dois deles ficaram entre 50 e 70% e um dos indicadores ficou abaixo de 50%.

Assim, conforme a tabela acima, o indicador Existência de *link* Fale Conosco apareceu apenas em vinte e nove (47%) dos órgãos pesquisados e não apareceu em trinta e três deles (53%). Foi, portanto, o indicador menos presente, nessa dimensão, nos portais avaliados.

<sup>13</sup> Número de ocorrências.

<sup>14</sup> Número de ocorrências.

<sup>15</sup> Número de ocorrências.

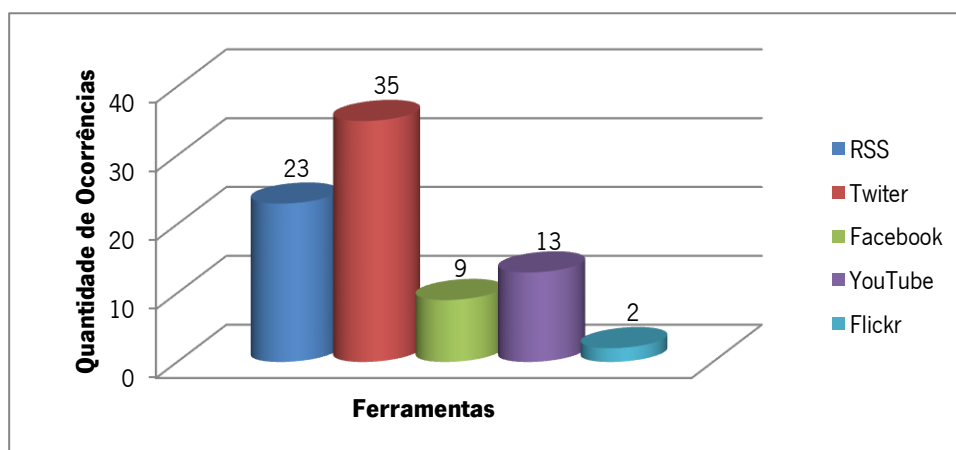
Já o indicador Existência de Ouvidoria foi localizado em cinquenta e sete (92%) dos portais *WEB* pesquisados, não sendo localizado em apenas cinco (8%). O segundo, portanto, mais presente nos portais das instituições pesquisadas.

Trinta e dois tribunais (52%) disponibilizaram via portal os *e-mails* institucionais para contato, contra 30 outros (48%) que não os disponibilizaram.

A Divulgação de telefones institucionais para contato foi o indicador mais presente nesta dimensão. Foi localizado nos portais de 61 das instituições pesquisadas (98%) e apenas uma delas (2%) não disponibilizou os dados.

Por fim, quarenta e um portais *WEB* (66%) disponibilizaram Novas Ferramentas (RSS, *Twiter*, *Facebook*, *YouTube*, *Flickr*.), na maior parte das vezes mais de uma delas, enquanto 21 (34%) não o fizeram, conforme distribuição presente no gráfico abaixo:

**Gráfico 4 - Distribuição das novas ferramentas.**



Fonte: Elaboração própria

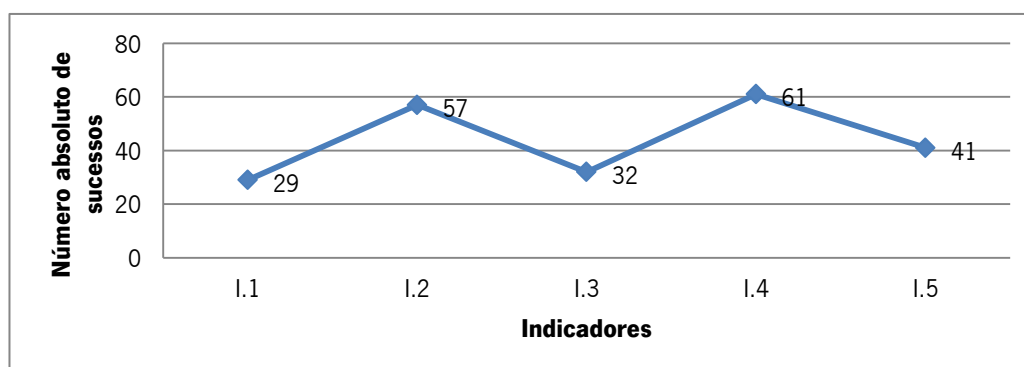
Pode-se observar, por meio do gráfico acima, que a ferramenta mais popular nos órgãos na época da pesquisa foi o *Twiter*, presente em trinta e cinco portais *WEB*, seguido do RSS, presente em vinte e três, do *YouTube*, presente em treze, *Facebook*, presente em 9 tribunais e, em último lugar o *Flickr*, presente apenas em dois portais.

Conforme informado anteriormente, há instituições que disponibilizavam mais de uma ferramenta. Cinco dos seis Tribunais Superiores pesquisados o faziam. O Supremo Tribunal Federal, disponibilizava, à época, o RSS, *Twiter* e *YouTube*, o Conselho Nacional de Justiça

disponibilizava em seu portal *WEB* o RSS, *Twitter*, *Facebook* e *YouTube*, o Superior Tribunal de Justiça, disponibilizava o RSS, *Twitter* e *Facebook*, o TSE disponibilizava o RSS, *Twitter* e *YouTube* e o TST disponibilizava o RSS, *Twitter* e *Facebook*.

Vários dos Tribunais de Segunda Instância do Poder Judiciário da União também disponibilizavam mais de uma ferramenta, como é o caso do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (RSS, *Twitter* e *Facebook*), Tribunal Regional Eleitoral do Acre (RSS e *Twitter*), Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (RSS, *Twitter* e *Facebook*), Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (RSS e *Twitter*), Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (RSS e *Twitter*), Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (RSS e *Twitter*), Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (RSS e *Twitter*), Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (RSS, *Twitter* e *YouTube*), Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (*Twitter* e *YouTube*), Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (RSS e *Twitter*), Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) (*Twitter*, *Facebook* e *YouTube*), Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) (RSS, *Twitter*, *Facebook*, *YouTube*), Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) (*Twitter* e *YouTube*), Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE) (RSS, *Twitter* e *YouTube*), Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA e AP) (*Twitter* e *YouTube*), Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SP-Campinas) (*Twitter* e *YouTube*), Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) (*Twitter* e *Facebook*), Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) (RSS, *Twitter* e *Facebook*), Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) (RSS, *Twitter* e *YouTube*), Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS) (*Twitter*, *YouTube* e *Flickr*).

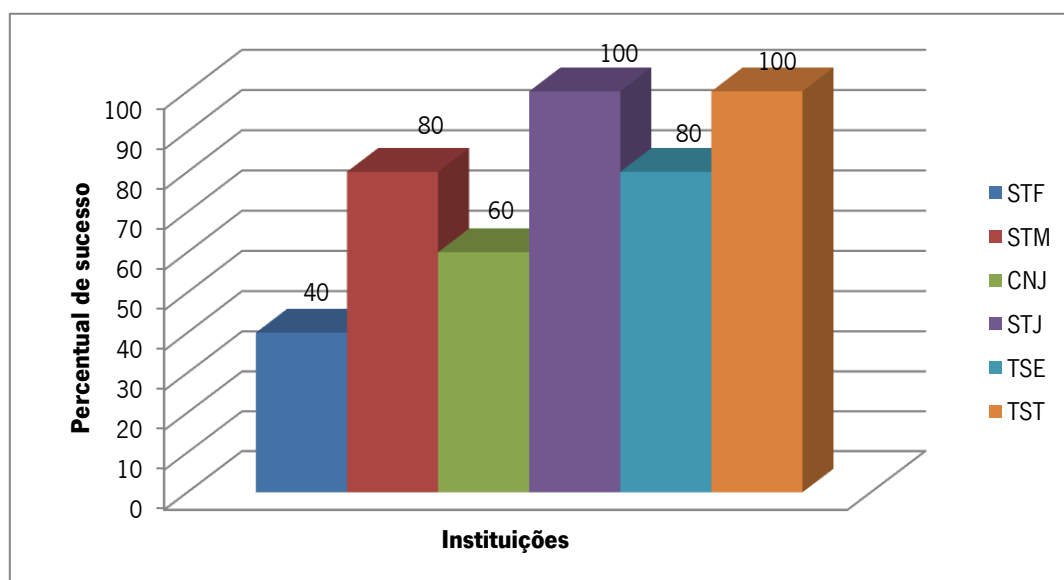
**Gráfico 5 - Número de sucessos da dimensão Participação e Interação por item**



Fonte: Elaboração própria

A colocação hierárquica dos indicadores que compõem a dimensão **Participação e Interação** é sistematizada, em números absolutos, pelo gráfico anterior. O indicador I.4, Divulgação de telefones institucionais para contato é o primeiro colocado na dimensão, aparecendo em 61 portais (noventa e oito por cento), podendo ser considerado o indicador mais disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* das instituições pesquisadas dentro da dimensão **Participação e Interação**, seguido do indicador I.2, Existência de Ouvidoria, presente em 57 dos órgãos pesquisados (noventa e dois por cento), do indicador I.5, Novas Ferramentas (RSS, *Twitter*, *Facebook*, *YouTube*, *Flickr*.) com 41 ocorrências de sucesso (sessenta e seis por cento), do indicador I.3, Divulgação dos *e-mails* institucionais para contato, com 32 ocorrências de sucesso (cinquenta e dois por cento) e, por fim, o indicador I.1, Existência de link Fale Conosco, que aparece em apenas 29 instituições (quarenta e sete por cento), sendo, pode-se dizer, o indicador menos disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* das instituições pesquisadas dentro da dimensão **Participação e Interação**.

**Gráfico 6 - Percentual de sucesso da dimensão Participação e Interação nos Tribunais Superiores e no CNJ**

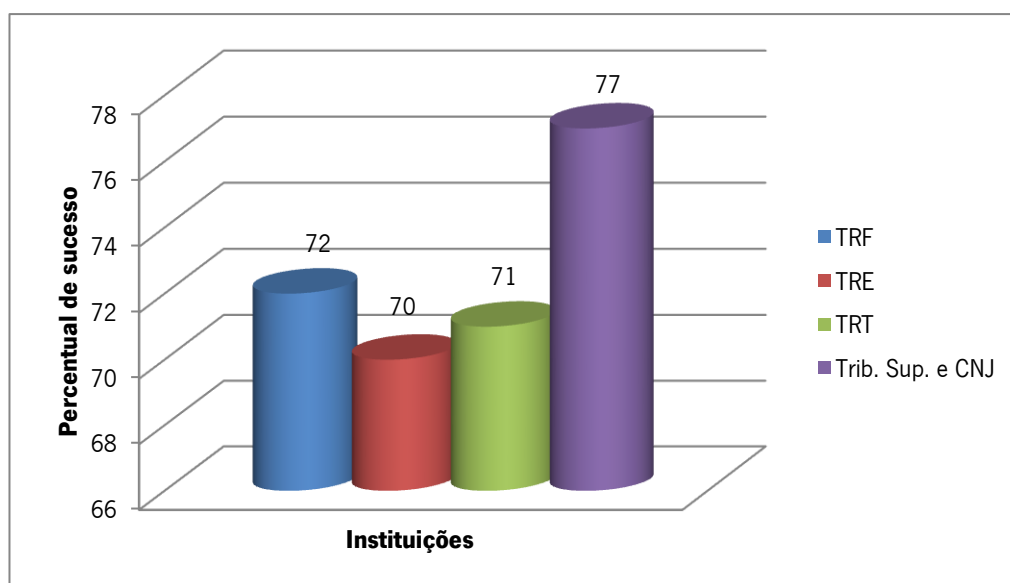


Fonte: Elaboração própria

No gráfico que trata do percentual de sucesso da dimensão **Participação e Interação** nos Tribunais Superiores e no CNJ evidencia-se o destaque do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que disponibilizaram os cinco indicadores referentes à

dimensão, 100% deles, portanto. Em seguida aparece o STM (Superior Tribunal Militar) e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que disponibilizaram quatro dos itens, 80%, seguidos pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com três, 60% e por último o STF (Supremo Tribunal Federal) que disponibilizou apenas dois dos itens referentes à dimensão Participação e Interação, 40% portanto.

**Gráfico 7 - Percentual de sucesso na dimensão Participação e Interação nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais**



Fonte: Elaboração própria

É possível visualizar no gráfico acima que compara os percentuais de sucesso da dimensão **Participação e Interação** nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais que os melhores colocados são os Tribunais Superiores e o CNJ, com 77 % de sucesso na dimensão ou vinte e três das trinta ocorrências de sucesso possíveis para essa dimensão (que decorrem da multiplicação dos cinco indicadores pelas seis instituições que compõem o grupo), seguidos dos TRF (Tribunais Regionais Federais), com 72% ou dezoito das vinte e cinco ocorrências de sucesso possíveis (uma vez que são cinco os indicadores da dimensão **Participação e Interação** e cinco os tribunais que compõem o grupo TRF), dos TRT (Tribunais Regionais do Trabalho), com 71% ou oitenta e cinco das cento e vinte ocorrências possíveis (lembrando que o grupo TRT é composto por vinte e quatro instituições) e dos TRE (Tribunais Regionais Eleitorais) com 70% de sucesso ou noventa e quatro dos cento e trinta e

cinco ocorrências possíveis (vinte e sete instituições correspondem ao grupo TRE) na dimensão em questão.

#### 4.2.3. Prestação de Contas e Resultados

**Tabela 4 - Indicadores da dimensão Prestação de Contas e Resultados**

INDICADORES	SIM		INCOMPLETO		NÃO	
	Ocorr. <sup>16</sup>	%	Ocorr. <sup>17</sup>	%	Ocorr. <sup>18</sup>	%
I.1. Despesas com pessoal	61	98%	0	0%	1	2%
I.2. Despesas com investimento	61	98%	0	0%	1	2%
I.3. Despesas de custeio	61	98%	0	0%	1	2%
I.4. Despesas com inversões financeiras	60	96%	0	0%	2	4%
I.5. Repasses do Tesouro Nacional	60	96%	0	0%	2	4%
I.6. Receita	55	89%	0	0%	7	11%
I.7. Execução orçamentária (valores macros)	60	96%	0	0%	2	4%
I.8. Apresentação de objetivos e metas anuais	27	44%	0	0%	35	56%
I.9. Divulgação do relatório anual de gestão	8	13%	0	0%	54	87%
TOTAIS DE OCORRÊNCIAS:	453	81%	0	0%	105	19%

Fonte: Elaboração própria

A dimensão **Prestação de Contas e Resultados** ficou em segundo lugar em quantidade de ocorrências de sucesso nos portais *WEB* dos órgãos. Houve quatrocentos e cinquenta e três ocorrências positivas (81%) das quinhentas e cinquenta e oito ocorrências possíveis para a dimensão (que decorrem da multiplicação do número total de indicadores, que no caso dessa dimensão é nove pelo número total de instituições, ou seja, sessenta e duas). Não houve nenhuma ocorrência de indicadores apresentada de forma incompleta e houve cento e cinco (19%) ocorrências negativas nos portais *WEB* pesquisados. Pode-se dizer, portanto, que em relação à dimensão **Prestação de Contas e Resultados** o CNJ, os Tribunais Superiores e de Segunda Instância do Poder Judiciário apresentam um grau de 81% de *accountability*. Para se ter uma ideia, seis indicadores dos nove pesquisados obtiveram mais de 90% de presença nos

<sup>16</sup> Número de ocorrências.

<sup>17</sup> Número de ocorrências.

<sup>18</sup> Número de ocorrências.



portais, um ficou acima dos 80% mas um ficou apenas acima dos 40% e outro dos 10% (a pior performance em todo o estudo), o que prejudicou a colocação da dimensão entre as três estudadas.

Assim, conforme a tabela acima, os indicadores Despesas com pessoal, Despesas com investimento e Despesas de custeio estiveram presentes em sessenta e uma das instituições pesquisadas (98% delas) e ausentes em apenas uma (2%)

Já os indicadores Despesas com inversões financeiras, Repasses do Tesouro Nacional e Execução orçamentária (valores macros) apareceram em sessenta dos portais *WEB* (96%) contra apenas dois (4%) que não os disponibilizaram.

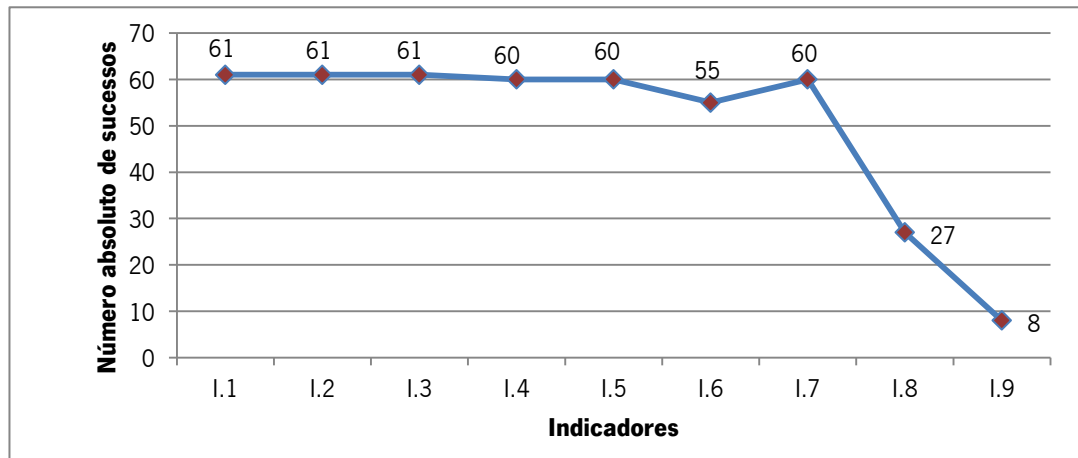
A Receita foi localizada em cinquenta e cinco tribunais (89%) e não o foi em sete (11%).

Os indicadores problemáticos dentro da dimensão **Prestação de Contas e Resultados** foram a Apresentação de objetivos e metas anuais e a Divulgação do relatório anual de gestão.

A apresentação de objetivos e metas anuais, embora presente em vinte e sete portais (44%) era normalmente encontrada associada ao Planejamento Estratégico, que trazia o planejamento para cinco anos, normalmente 2010 a 2014. Como trazia metas e objetivos estabelecidos anualmente foi considerado para os fins dessa pesquisa. Mesmo assim o indicador esteve ausente em trinta e cinco portais *WEB*, (56% deles) o que denota que nestes órgãos nada se encontrou em relação a Planejamento Estratégico igualmente.

Contudo, o pior colocado de toda a pesquisa e não só desta dimensão foi o indicador Divulgação do relatório anual de gestão ou relatório de atividades do órgão, aquele que trata do desempenho anual das unidades administrativas que compõem a instituição fazendo análise da sua atuação frente aos objetivos e metas previamente traçados. É comum encontrar nos portais pesquisados o relatório de gestão fiscal, exigência da Lei Complementar n. 101 (2000) que, contudo, não corresponde ao relatório pesquisado neste trabalho.

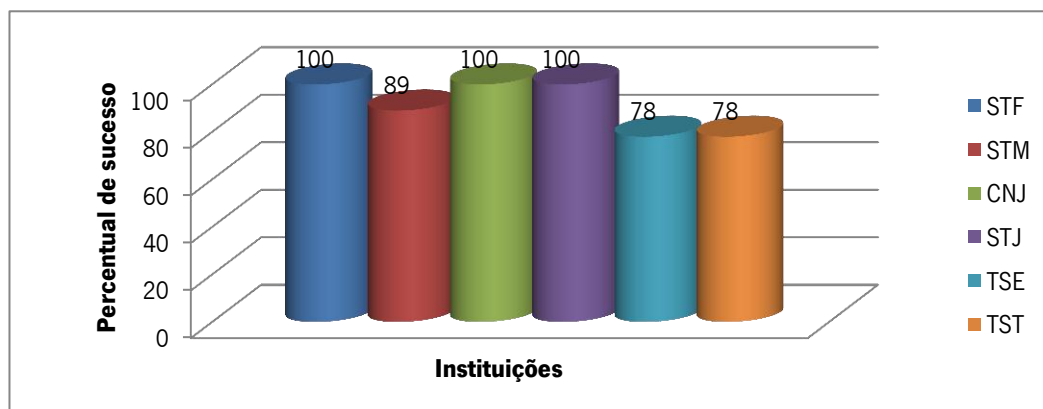
**Gráfico 8 - Número de sucessos da dimensão Prestação de Contas e Resultados por item**



Fonte: Elaboração própria

O gráfico acima sistematiza, em números absolutos, a colocação hierárquica dos indicadores que compõem a dimensão **Prestação de Contas e Resultados**. Os indicadores I.1, I.2 e I.3, quais sejam respectivamente, Despesas com pessoal, Despesas com investimento e Despesas de custeio estão empatados com 61 ocorrências cada nos portais *WEB* pesquisados (noventa e oito por cento), sendo os indicadores primeiro colocados na dimensão, considerados portanto os indicadores mais disponibilizados à sociedade por meio dos portais das instituições pesquisadas, seguidos dos indicadores I.4, I.5 e I.7, respectivamente, Despesas com inversões financeiras, Repasses do Tesouro Nacional e Execução orçamentária (valores macros), presentes em 60 dos órgãos (noventa e seis por cento), do indicador I.6, Receitas, com 55 ocorrências de sucesso (oitenta e nove por cento), do indicador I.8, Apresentação de objetivos e metas anuais, com apenas 27 ocorrências de sucesso (quarenta e quatro por cento) e, por fim, o indicador I.9, Divulgação do relatório anual de gestão, que aparece somente em 8 das instituições pesquisadas (treze por cento), sendo o indicador de *accountability* menos disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* das instituições pesquisadas dentro da dimensão **Prestação de Contas e Resultados** e também da pesquisa toda.

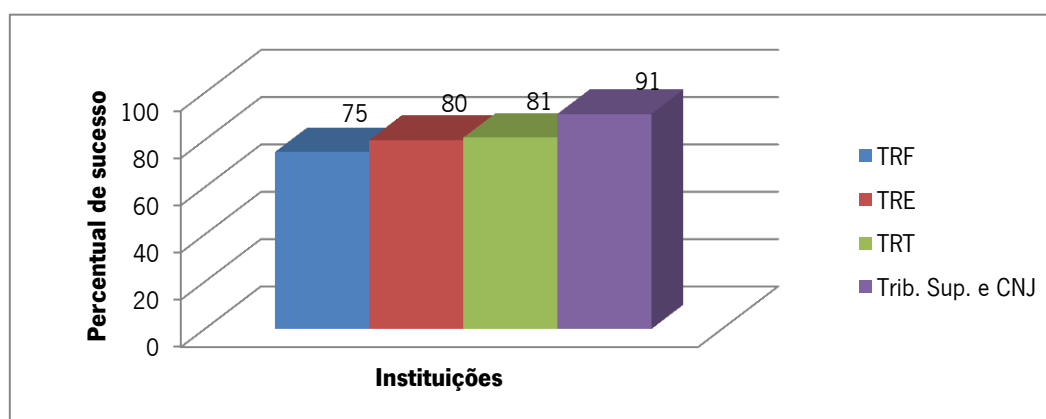
**Gráfico 9 - Percentual de sucesso da dimensão Prestação de Contas e Resultados nos Tribunais Superiores e CNJ**



Fonte: Elaboração própria

No gráfico que trata do percentual de sucesso da dimensão **Prestação de Contas e Resultados** nos Tribunais Superiores e no CNJ evidencia-se mais uma vez o destaque do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o destaque do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do STF (Supremo Tribunal Federal) que disponibilizaram os nove itens referentes à dimensão, 100% deles, portanto. Em seguida aparece o STM (Superior Tribunal Militar) que disponibilizou oito dos itens, 89%, seguido pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) e TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que disponibilizaram sete indicadores de **Prestação de Contas e Resultados** cada, ou 78% deles.

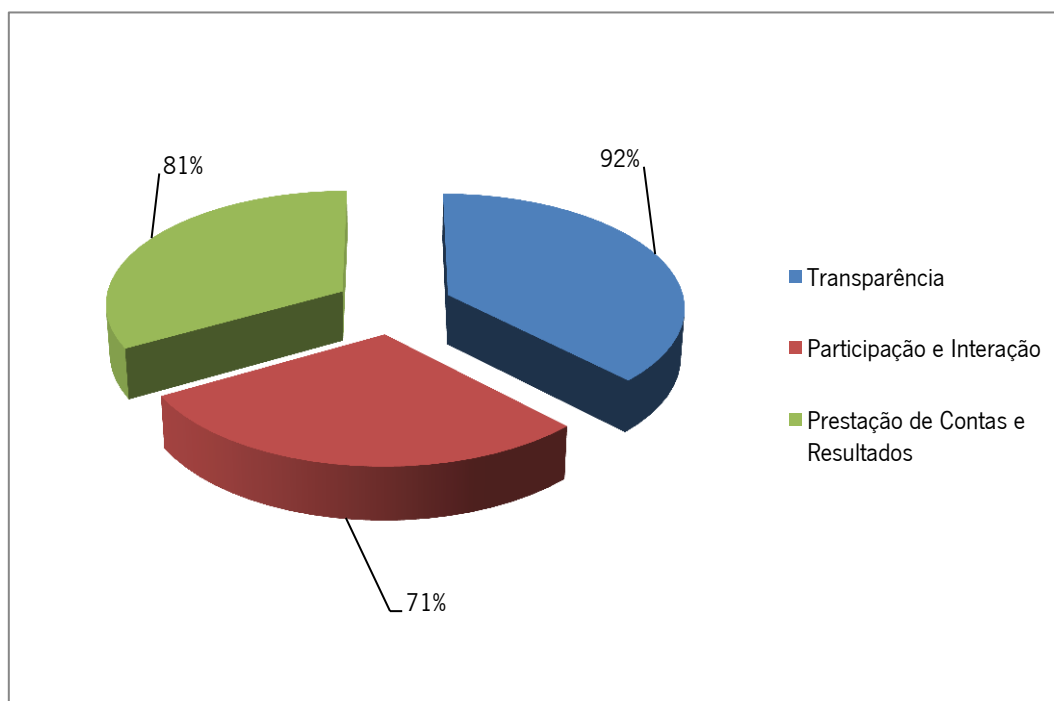
**Gráfico 10 - Percentual de sucesso da dimensão Prestação de Contas e Resultados nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais**



Fonte: Elaboração própria

É possível visualizar no gráfico anterior que compara os percentuais de sucesso da dimensão **Prestação de Contas e Resultados** nos Tribunais Superiores e CNJ e nos Tribunais Regionais que os melhores colocados são os Tribunais Superiores e o CNJ, com 91% de sucesso na dimensão ou quarenta e nove das cinquenta e quatro ocorrências possíveis para essa dimensão (uma vez que são nove os indicadores e seis as instituições que compõem o grupo), seguidos dos TRT (Tribunais Regionais do Trabalho), com 81% ou cento e setenta e cinco das duzentas e dezesseis ocorrências possíveis (lembrando que são vinte e quatro os TRT estudados), dos TRE (Tribunais Regionais Eleitorais), com 80% ou cento e noventa e cinco das duzentas e quarenta e três ocorrências possíveis nos vinte e sete tribunais que compõem o grupo dos TRE e dos TRF (Tribunais Regionais Federais), com 75% de sucesso ou trinta e quatro ocorrências positivas das quarenta e cinco possíveis de ocorrer nos seis tribunais que correspondem ao grupo TRF, na dimensão em questão.

**Gráfico 11 - Percentuais de sucesso de cada dimensão pesquisada na totalidade de instituições**



Fonte: Elaboração própria

Concluindo essa etapa de análise, o gráfico anterior traz os percentuais de sucesso de cada dimensão pesquisada na totalidade de instituições.

Assim, a **Transparência** aparece como a dimensão com maior *accountability* disponibilizada à sociedade nos portais *WEB* pesquisados, com 92% de sucesso, ou seja, quinhentos e doze ocorrências positivas localizadas nos portais dentre as quinhentas e cinquenta e oito possíveis, que decorrem da multiplicação dos nove indicadores que compõem a dimensão pelas sessenta e duas instituições pesquisadas.

Em segundo lugar ficou a dimensão **Prestação de Contas e Resultados**, com 81% de sucesso ou quatrocentos e cinquenta e três ocorrências positivas localizadas nos portais dentre as quinhentas e cinquenta e oito possíveis, uma vez que essa dimensão também é composta por nove indicadores.

Por último ficou a dimensão **Participação e Interação**, com ocorrência de 71% de sucesso ou duzentas e vinte dentre as trezentas e dez ocorrências positivas possíveis, salientando-se que essa dimensão era composta por apenas cinco indicadores.

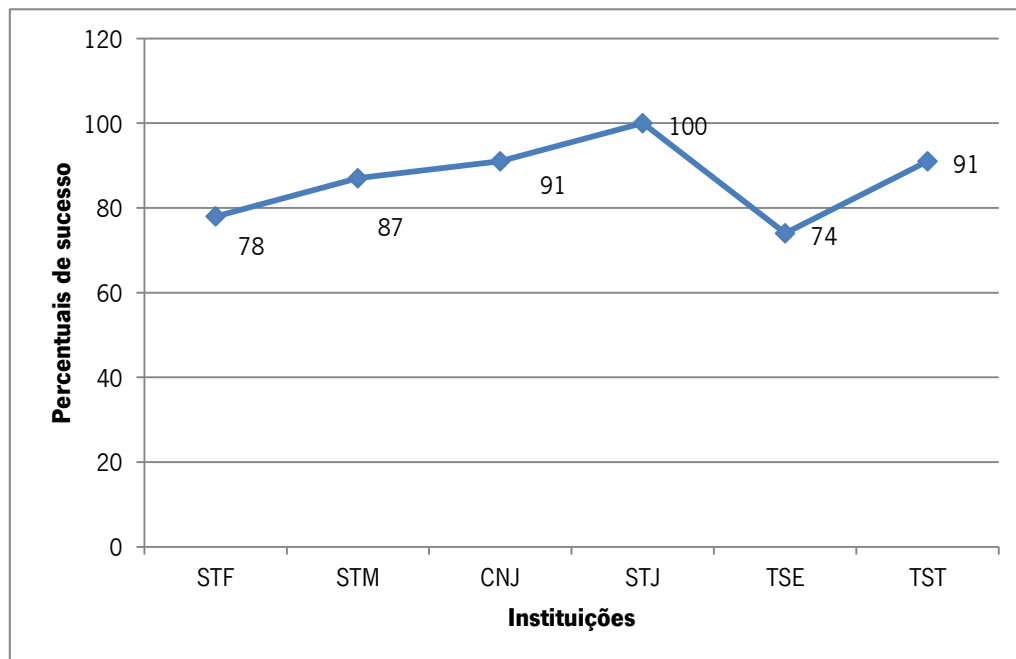
#### **4.2.4. Percentuais de sucesso e médias nas três dimensões pesquisadas por grupo de instituição e em geral**

Após realizar sob diversos aspectos a análise das dimensões **Transparência, Participação e Interação, e Prestação de Contas e Resultados** de forma isolada, cabe analisar os percentuais de sucesso e a média das três dimensões por grupos de instituições até se chegar à média geral dos sessenta e dois órgãos pesquisados com o objetivo de corroborar ou refutar a hipótese proposta de que:

“Há um elevado grau de *accountability* disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* dos órgãos pesquisados do Poder Judiciário.”

É o que será feito a seguir.

**Gráfico 12 - Percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Superiores e CNJ**

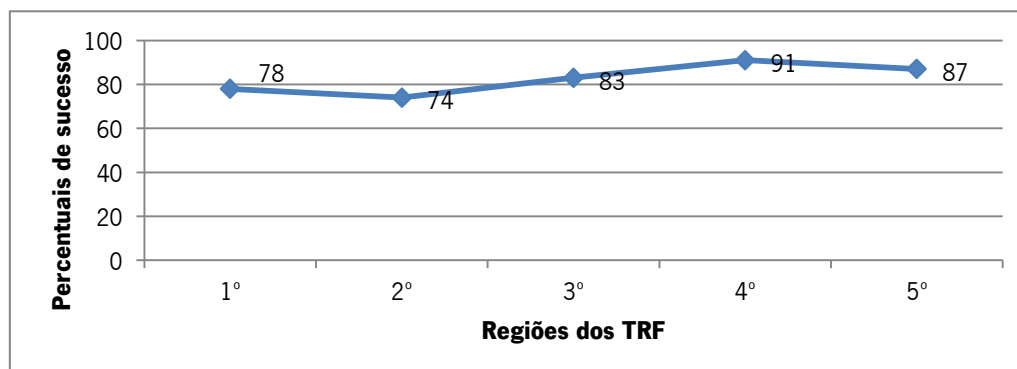


Fonte: Elaboração própria

O gráfico acima, que traz os percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Superiores e Conselho Nacional de Justiça aponta o STJ (Superior Tribunal de Justiça) como o tribunal que disponibiliza o mais elevado grau de *accountability* nos portais *WEB* pesquisados, com média de 100% de sucesso. Inclusive foi o único tribunal nesta pesquisa que disponibilizou o total de indicadores (vinte e três) pesquisados nas três dimensões estudadas.

Em segundo lugar entre os Tribunais Superiores e o CNJ aparecem o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o TST (Tribunal Superior do Trabalho) com média de 91% de sucesso, que disponibilizaram vinte e um dos vinte e três indicadores pesquisados em cada um dos seus portais, o terceiro lugar ficou com o STM (Superior Tribunal Militar) com média de 87% de sucesso, tendo disponibilizado vinte dos vinte e três itens estudados, o quarto lugar com o STF (Supremo Tribunal Federal), com média de 78% de sucesso e dezoito dos vinte e três indicadores e por fim o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), com média de 74% de sucesso e dezessete dos vinte e três indicadores pesquisados.

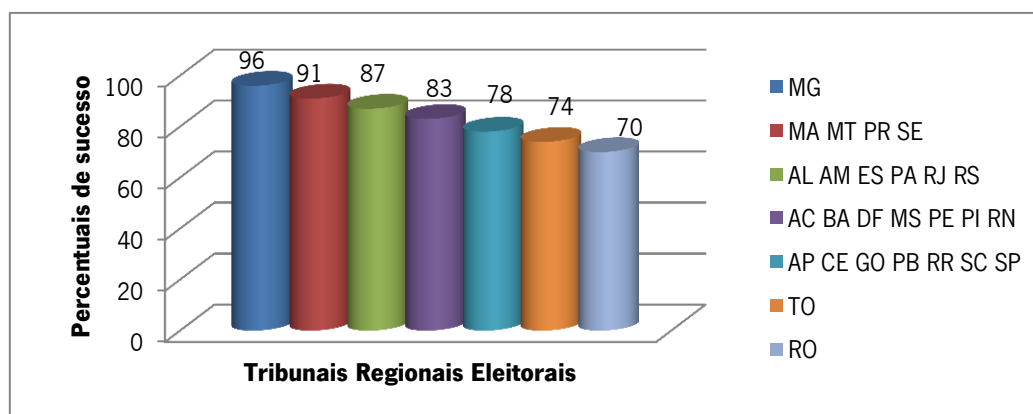
**Gráfico 13 - Percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais Federais**



Fonte: Elaboração própria

Entre os Tribunais Regionais Federais o melhor colocado foi o da 4ª Região, com 91% de sucesso na pesquisa dos indicadores de *accountability*, tendo disponibilizado em seu portal vinte e um dos vinte e três itens pesquisados, o que o coloca, entre os Tribunais Regionais Federais, como aquele que disponibiliza à sociedade, por meio do seu portal *WEB*, o maior índice de indicadores e portanto a mais elevada *accountability*, seguido pelo TRF da 5ª Região, com 87% de sucesso e disponibilização de vinte dos itens pesquisados, pelo TRF da 3ª Região, com 83% de sucesso, onde aparecem dezenove dos itens, pelo TRF da 1ª Região, com 78% de sucesso, disponibilizando 18 dos indicadores e por último pelo TRF da 2ª Região, com 74% de sucesso e 17 dos indicadores.

**Gráfico 14 - Percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais Eleitorais**

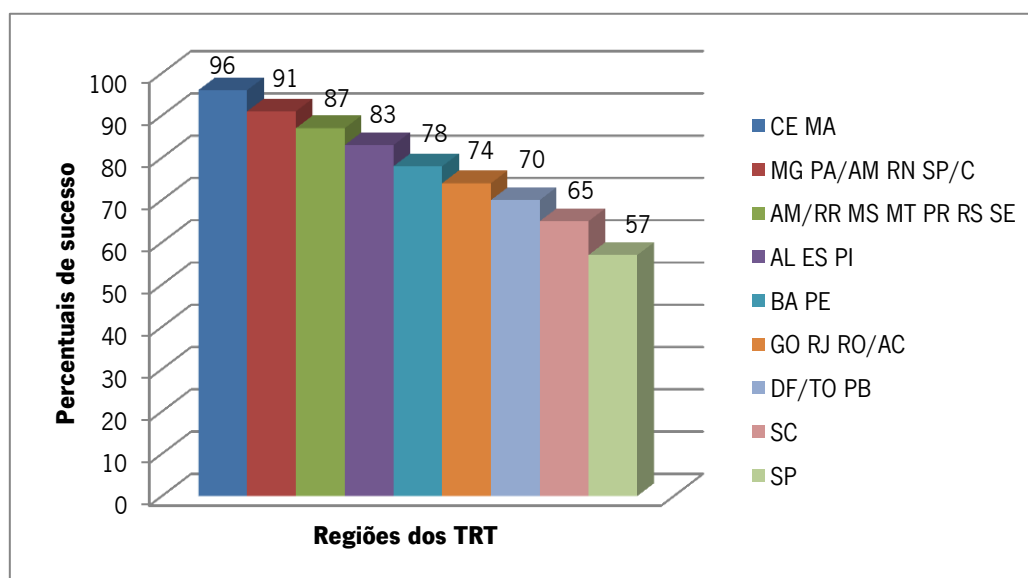


Fonte: Elaboração própria

Entre os Tribunais Regionais Eleitorais o de Minas Gerais ficou em primeiro lugar, com 96% de sucesso na pesquisa dos indicadores de *accountability*, tendo disponibilizado em seu portal vinte e dois dos vinte e três itens pesquisados, o que o coloca, entre os Tribunais Regionais Eleitorais, como aquele que disponibiliza à sociedade, por meio do seu portal *WEB*, o maior índice de indicadores e portanto a mais elevada *accountability*.

Em seguida vieram os Tribunais Regionais Eleitorais do Maranhão, Mato Grosso, Paraná e Sergipe, com 91% de sucesso apresentando vinte e um dos indicadores pesquisados; seguidos dos Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul com 87% ou vinte dos itens; dos TRE do Acre, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, com 83% de sucesso ou dezenove indicadores; dos TRE do Amapá, Ceará, Goiás, Paraíba, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, com 78% de sucesso ou dezoito itens; do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins com 74% de sucesso ou dezessete itens e, por fim, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com 70% de sucesso na pesquisa dos indicadores, ou presença de dezesseis deles no seu portal *WEB*.

**Gráfico 15 - Percentuais de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais do Trabalho**



Fonte: Elaboração própria

Entre os Tribunais Regionais do Trabalho o TRT da 7ª Região (Ceará) e o TRT da 16ª Região (Maranhão) ficaram em primeiro lugar, com 96% de sucesso na pesquisa dos indicadores

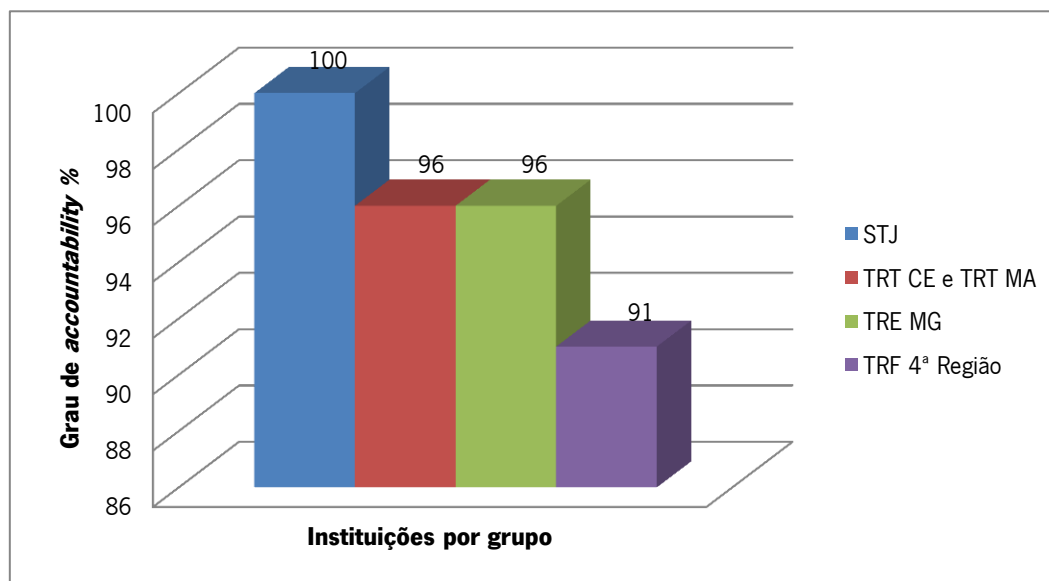


de *accountability*, tendo disponibilizado em seu portal vinte e dois dos vinte e três itens pesquisados, o que os coloca, entre os Tribunais Regionais do Trabalho, como aqueles que disponibilizaram à sociedade, por meio dos seus portais *WEB* o maior índice de indicadores e portanto a mais elevada *accountability*.

Em seguida aparecem os TRT da 3ª Região (Minas Gerais), da 8ª Região (Pará e Amazonas), da 21ª Região (Rio Grande do Norte) e da 15ª Região (São Paulo - Campinas), com 91% de sucesso, tendo disponibilizado em seus portais *WEB* vinte e um dos vinte e três indicadores pesquisados; os TRT da 11ª Região (Amazonas e Roraima), da 24ª Região (Mato Grosso do Sul), da 23ª Região (Mato Grosso), da 9ª Região (Paraná), da 4ª Região (Rio Grande do Sul) e da 20ª Região (Sergipe), com 87% de sucesso ou vinte dos indicadores localizados; os TRT da 19ª Região (Alagoas), da 17ª Região (Espírito Santo) e da 22ª Região (Piauí) com 83% de sucesso ou dezenove indicadores; os TRT da 5ª Região (Bahia) e da 6ª Região (Pernambuco) com 78% de sucesso ou dezoito itens localizados; os TRT da 18ª Região (Goiás), da 1ª Região (Rio de Janeiro) e da 14ª Região (Rondônia e Acre) com 74% de sucesso ou dezessete itens; os TRT da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins) e da 13ª Região (Paraíba) com 70 % de sucesso ou dezesseis dos indicadores; o TRT da 12ª Região (Santa Catarina) com 65% dos itens e por fim o TRT da 2ª Região (São Paulo – Capital) com apenas 57% de sucesso ou disponibilização de treze dos vinte e três dos indicadores pesquisados.

Convém esclarecer que o baixo desempenho do TRT da 2ª Região (São Paulo – Capital) decorreu da inexistência de alguns indicadores de *accountability*, mas também da impossibilidade de abrir os links referentes aos indicadores Despesas com pessoal, Despesas com investimento, Despesas de custeio, Repasses do Tesouro Nacional e Receitas. Assim, embora a pesquisa no portal *WEB* da referida instituição tenha sido feita no dia 15 de fevereiro de 2012 de dois computadores distintos voltou a ser realizada, nos mesmos moldes, nos dias 21 de fevereiro e 6 de março, inclusive, no caso dessa última data, fora do período de coleta de dados desta pesquisa. Contudo, em nenhuma das tentativas houve sucesso na abertura dos links, que traziam informação ilegível. Diante do fato, os indicadores em questão foram considerados inexistentes no portal do TRT da 2ª Região.

**Gráfico 16 - Tribunais com mais elevado grau de *accountability* por grupo (Tribunais Superiores e CNJ e Tribunais Regionais)**



Fonte: Elaboração própria.

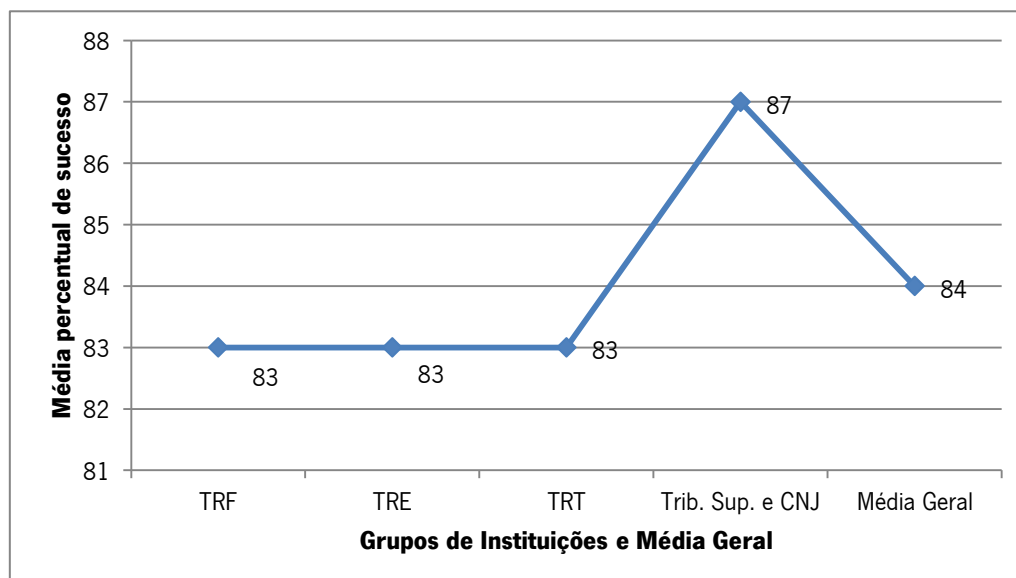
O gráfico acima evidencia os tribunais com mais elevado grau de *accountability* por grupo (Tribunais Superiores e CNJ, e Tribunais Regionais) dentre os estudados.

O tribunal que disponibiliza o mais elevado grau de *accountability* por meio do seu portal *WEB* no grupo dos Tribunais Superiores e CNJ e também na pesquisa como um todo, com 100% dos indicadores pesquisados (vinte e três) é o STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Em seguida encontram-se empatados os Tribunais Regionais do Trabalho da 7ª Região (Ceará) e da 16ª Região (Maranhão) que representam o grupo dos Tribunais Regionais do Trabalho, e o TRE MG (Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais), que representa o grupo dos Tribunais Regionais Eleitorais, com 96% dos indicadores (vinte e dois).

Por último, mas também disponibilizando aos cidadãos um grau de *accountability* superior a noventa por cento aparece o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com 91% dos indicadores pesquisados (vinte e um deles, portanto).

**Gráfico 17 - Média percentual de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais, Tribunais Superiores e CNJ e média geral**



Fonte: Elaboração própria

Por fim, ao analisar o gráfico acima que traz a média percentual de sucesso das três dimensões pesquisadas nos Tribunais Regionais, Tribunais Superiores e CNJ além da média geral é possível observar os TRF (Tribunais Regionais Federais) percentualmente empatados com os TRE (Tribunais Regionais Eleitorais) e com os TRT (Tribunais Regionais do Trabalho), com uma média de 83% de sucesso, sendo que nos Tribunais Regionais Federais noventa e cinco das cento e quinze ocorrências possíveis de acontecer, decorrentes da multiplicação dos vinte e três indicadores que compõem as três dimensões pesquisadas pelos cinco órgãos que os compõem foram positivas, nos Tribunais Regionais Eleitorais quinhentas e dezoito das seiscentas e vinte e uma ocorrências possíveis de acontecer nos vinte e sete tribunais que os integram foram positivas, e nos Tribunais Regionais do Trabalho quatrocentas e cinquenta e duas ocorrências das quinhentas e cinquenta e duas possíveis de acontecer em seus vinte e quatro portais *WEB* foram positivas, o que dá, com as devidas aproximações, nos três casos, uma média de dezenove ocorrências positivas por portal.

Em seguida estão os Tribunais Superiores e Conselho Nacional de Justiça, com 87% de sucesso e onde cento e vinte das cento e trinta e oito ocorrências possíveis de acontecer nos seis portais que os compõem foram positivas, o que representa uma média de vinte ocorrências positivas por instituição.

Portanto, entre os grupos pesquisados, os Tribunais Superiores e Conselho Nacional de Justiça aparecem como o conjunto de órgãos do Poder Judiciário Brasileiro com o mais elevado grau de *accountability* prestado aos cidadãos por meio dos seus portais *WEB*, com uma média de 87% de *accountability*, segundo os padrões estabelecidos neste estudo, seguidos dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho que se apresentaram empatados com 83% de *accountability* em média.

Diante do exposto e calculando-se a média geral baseada nos dados do último gráfico é possível afirmar que o Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Superiores e de Segunda Instância (Tribunais Regionais) Brasileiros apresentam um grau médio de 84% de *accountability* prestado à sociedade por meio dos seus portais *WEB*, o que corrobora a hipótese desta pesquisa de que:

“Há um elevado grau de *accountability* disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* dos órgãos pesquisados do Poder Judiciário.”



## CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TRABALHOS FUTUROS

O presente trabalho buscou avaliar o grau de *accountability* prestado à sociedade brasileira por meio dos portais *WEB* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Segunda Instância (ou Tribunais Regionais) do Poder Judiciário Brasileiro.

Determinadas a pergunta de investigação, a hipótese, as dimensões de *accountability* a serem estudadas e seus respectivos indicadores (ou variáveis), procedeu-se à avaliação dos portais *WEB* estipulados.

Como se supunha, os índices de *accountability* encontrados foram elevados. Na dimensão **Transparência** houve 92% de ocorrências positivas, 81% na dimensão **Prestação de Contas e Resultados** e na dimensão **Participação e Interação** 71% de ocorrências positivas nas sessenta e duas instituições pesquisadas, ou seja 92%, 81% e 71% dos indicadores pesquisados nas respectivas dimensões foram localizados nos portais *WEB* dessas instituições.

Ao se realizar a análise por grupos de instituições, quais sejam Tribunais Superiores e CNJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais do Trabalho, no sentido de tecer um comparativo entre eles, obteve-se uma média percentual de ocorrências positivas que mostrou, com as devidas aproximações, um empate com 83% de ocorrências positivas entre os Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho. A média percentual de sucesso, por sua vez, atingiu 87% nos Tribunais Superiores e CNJ o que levou à obtenção de uma média geral de 84%, responsável por corroborar a hipótese de que havia um elevado grau de *accountability* disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* dos órgãos pesquisados do Poder Judiciário.

Assim, o grupo com o maior grau de *accountability* foi o dos Tribunais Superiores e CNJ. Por sua vez os tribunais, dentro dos grupos, que obtiveram o mais elevado grau de *accountability* disponibilizado à sociedade por meio dos portais *WEB* foram o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no grupo dos Tribunais Superiores e CNJ, que apresentou 100% dos vinte e três indicadores pesquisados; o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e os Tribunais Regionais do Trabalho da 7ª Região (Ceará) e da 16ª Região (Maranhão), empatados com a apresentação

de 96% dos indicadores pesquisados, seguidos pelo Tribunal Regional Federal da 4<sup>a</sup> Região, que apresentou 91% dos indicadores.

A dificuldade de encontrar literatura e trabalhos empíricos na área, especialmente no âmbito do Poder Judiciário, foi um fator limitador no desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim fica a sensação de que o elevado nível de *accountability* encontrado pode estar associado à criação do Conselho Nacional da Justiça, principalmente diante da grande adesão ao cumprimento da Resolução n. 102 (2009) do CNJ demonstrada pelos tribunais na análise efetuada, uma vez que vários dos indicadores de *accountability* estudados estavam diretamente relacionados a ela, mas como nenhum estudo foi realizado nesta pesquisa para efetivamente comprovar essa suspeita, fica como sugestão para um trabalho futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bovens, M. (2005). Public accountability. In E. Ferlie, E. L. Laurence, Jr. & C. Pollitt (Eds.). *The Oxford handbook of public management*. Oxford: Oxford University Press. Retrieved February 29, 2012, from [http://igitur-archive.library.uu.nl/USBO/2006-1201-222846/Bovens\\_05\\_Publicaccountability08Ferlie.pdf](http://igitur-archive.library.uu.nl/USBO/2006-1201-222846/Bovens_05_Publicaccountability08Ferlie.pdf)
- Bovens, M. (2007). Analysing and assessing accountability: a conceptual framework. *European Law Journal* 13 (4), 447-468.
- Brinks, D. (2005). Judicial reform and independence in Brazil and Argentina: the beginning of a new millennium? *Texas International Law Journal* 40 (3), 595-622.
- Campos, A. M. (1990). Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública* 24 (2), 30-50.
- Canadian Judicial Council. (2006). *Alternative models of court administration*. Retrieved February 27, 2012, from [http://www.cjc-ccm.gc.ca/cmslib/general/news\\_pub\\_other\\_Alternative\\_en.pdf](http://www.cjc-ccm.gc.ca/cmslib/general/news_pub_other_Alternative_en.pdf)
- Casey, P. (1998). Defining optimal court performance: the trial court performance standards. *Court Review - Winter 1998*, 24-33.
- Contini, F., & Mohr, R. (2007). Reconciling independence and accountability in judicial systems. *Utrecht Law Review* 3 (2), 26-43.
- Dallari, A. A. (2005). Controle compartilhado da administração da justiça. *Rev. Jur.* 7 (73), 1-17. Recuperado em 04 janeiro, 2012, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_73/artigos/PDF/AdilsonDallari\\_Rev73.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_73/artigos/PDF/AdilsonDallari_Rev73.pdf)
- Espeland, W. N., & Vannebo, B. I. (2007). Accountability, quantification, and law. *Annual Review of Law and Social Science* 3, 21-43.
- Fearon, J. D. (1999). Electoral accountability and the control of politicians: selecting good types versus sanctioning poor performance. In A. Przeworski, S. C. Stokes & B. Manin (Eds.). *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1997). *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.



Lenza, P. (2005). Reforma do Judiciário: Emenda Constitucional n. 45/2004. Esquematização das principais novidades. *Jus Navegandi* 10 (618). Recuperado em 13 dezembro, 2010, de <http://jus.uol.com.br/revista/texto/6463/reforma-do-judiciario-emenda-constitucional-no-45-2004>

Louzada, S. V. (2010). *Accountability vertical das empresas estatais federais brasileiras*. Dissertação de Mestrado, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado em 16 junho, 2011, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7795>

Ma, J., & Hou, Y. (2009). Budgeting for accountability: a comparative study of budget reforms in the United States during the progressive era and in contemporary China. *Public Administration Review*. December 2009. Special Issue.

Manin, B., Przeworski, A., & Stokes, S. C. (1999a). Elections and Representation. In A. Przeworski, S. C. Stokes & B. Manin (Eds.). *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University.

Manin, B., Przeworski, A., & Stokes, S. C. (1999b). Introduction. In A. Przeworski, S. C. Stokes & B. Manin (Eds.). *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University.

Miguel, L. F. (2005). Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Rev. Sociol. Polít.* 25, 25-38.

Minhoto, A. C. B. (2008). Quatro anos de Emenda Constitucional n. 45: produtividade e presteza do magistrado e acesso à justiça como inclusão social. *Senatus* 6 (2), 39-55.

Moraes, A. de (1998). Controle externo do Poder Judiciário: inconstitucionalidade. *Revista de Informação Legislativa* 35 (140), 59-64.

Mota, A. C. Y. H. de A. (2006). *Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 10 julho, 2011, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-141025/pt-br.php>

- Ng, G. Y. (2011). A discipline of judicial governance? *Utrecht Law Review* 7(1), 102-16.
- Nogueira, J. M. M. (2010). *A gestão do Poder Judiciário: uma análise do sistema de mensuração de desempenho do Judiciário Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 21 novembro, 2011, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5296/62080100017.pdf?sequence=1>
- O'Donnell, G. (1998). Accountability horizontal e novas poliarquias. *Revista Lua Nova* 44, 26-54.
- Pinho, J. A. G. de, & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzí-la para o português? *Revista de Administração Pública – RAP* 43 (6), 1343-1368.
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. de (2011). Construindo a accountability em portais eletrônicos de Câmaras Municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. *Cadernos Ebape.Br* 9 (1), 116-138.
- Ribeiro, A. de P. (2000). O Judiciário como poder político no século XXI. *Estud. av.* 14 (38), 291-306. Recuperado em 30 março, 2012, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142000000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100017)
- Rocha, J. A. O. (2008). Para uma gestão moderna dos tribunais. In J. A. O Rocha & M. Proença. *O estado da justiça em Portugal: análise económica e propostas de reforma*. Braga: Universidade do Minho.
- Sadek, M. T. A. (2004). Poder Judiciário: perspectivas de reforma. *Opinião Pública* 10 (1), 1-62.
- Sano, H. (2003). *Nova gestão pública e accountability: o caso das organizações sociais paulistas*. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 10 julho, 2011, de <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/os/03.10.15-DISSERTACAO-HIRO.pdf>
- Schauffler, R. Y. (2007). Judicial accountability in the U. S. state courts: measuring court performance. *Utrecht Law Review* 3 (1), 112-128.
- Voermans, W. (2007). Judicial transparency furthering public accountability for new judiciaries. *Utrecht Law Review* 3 (1), 148-159.

Yusuf, H. (2010). *Transitional justice, judicial accountability and the rule of law*. London: Routledge.

## **Legislação**

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília. Recuperado em 27 fevereiro, 2012, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

*Emenda Constitucional n. 45, de 20 de dezembro de 2004*. (2004). Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Recuperado em 30 março, 2012, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm)

*Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990*. (1990). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Recuperado em 12 março, 2012, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm)

*Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000*. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado em 20 março, 2012, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)

*Resolução n. 102, de 15 de dezembro de 2009*. (2009). Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos. Recuperado em 27 fevereiro, 2012, de <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12218-resolucao-no-102-de-15-de-dezembro-de-2009>

## **APÊNDICES**



**Apêndice A – Relação dos endereços eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça,  
Tribunais Superiores e Tribunais de Segunda Instância pesquisados**

CNJ e Tribunais Superiores (sede em Brasília DF)	
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	<a href="http://www.cnj.jus.br">www.cnj.jus.br</a>
Supremo Tribunal Federal (STF)	<a href="http://www.stf.jus.br">www.stf.jus.br</a>
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	<a href="http://www.stj.gov.br">www.stj.gov.br</a>
Superior Tribunal Militar (STM)	<a href="http://www.stm.jus.br">www.stm.jus.br</a>
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	<a href="http://www.tse.jus.br">www.tse.jus.br</a>
Tribunal Superior do Trabalho (TST)	<a href="http://www.tst.jus.br">www.tst.jus.br</a>
Tribunais de Segunda Instância	
Tribunal Regional Federal 1ª Região	<a href="http://www.trf1.jus.br">www.trf1.jus.br</a>
Tribunal Regional Federal 2ª Região	<a href="http://www.trf2.jus.br">www.trf2.jus.br</a>
Tribunal Regional Federal 3ª Região	<a href="http://www.trf3.jus.br">www.trf3.jus.br</a>
Tribunal Regional Federal 4ª Região	<a href="http://www.trf4.jus.br">www.trf4.jus.br</a>
Tribunal Regional Federal 5ª Região	<a href="http://www.trf5.jus.br">www.trf5.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	<a href="http://www.tre-ac.jus.br">www.tre-ac.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	<a href="http://www.tre-al.jus.br">www.tre-al.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	<a href="http://www.tre-ap.jus.br">www.tre-ap.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	<a href="http://www.tre-am.gov.br">www.tre-am.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	<a href="http://www.tre-ba.gov.br">www.tre-ba.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	<a href="http://www.tre-ce.gov.br">www.tre-ce.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	<a href="http://www.tre-df.jus.br">www.tre-df.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	<a href="http://www.tre-es.gov.br">www.tre-es.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	<a href="http://www.tre-go.jus.br">www.tre-go.jus.br</a>

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	<a href="http://www.tre-ma.gov.br">www.tre-ma.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso	<a href="http://www.tre-mt.gov.br">www.tre-mt.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul	<a href="http://www.tre-ms.jus.br">www.tre-ms.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	<a href="http://www.tre-mg.jus.br">www.tre-mg.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	<a href="http://www.tre-pa.jus.br">www.tre-pa.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	<a href="http://www.tre-pb.gov.br">www.tre-pb.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	<a href="http://www.tre-pr.jus.br">www.tre-pr.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	<a href="http://www.tre-pe.gov.br">www.tre-pe.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	<a href="http://www.tre-pi.jus.br">www.tre-pi.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	<a href="http://www.tre-rj.gov.br">www.tre-rj.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	<a href="http://www.tre-rn.jus.br">www.tre-rn.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	<a href="http://www.tre-rs.gov.br">www.tre-rs.gov.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	<a href="http://www.tre-ro.jus.br">www.tre-ro.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	<a href="http://www.tre-rr.jus.br">www.tre-rr.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	<a href="http://www.tre-sc.jus.br">www.tre-sc.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	<a href="http://www.tre-sp.jus.br">www.tre-sp.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	<a href="http://www.tre-se.jus.br">www.tre-se.jus.br</a>
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	<a href="http://www.tre-to.jus.br">www.tre-to.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ)	<a href="http://portal.trt1.jus.br">portal.trt1.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP Capital)	<a href="http://www.trt2.jus.br">www.trt2.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)	<a href="http://www.trt3.jus.br">www.trt3.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS)	<a href="http://www.trt4.jus.br">www.trt4.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA)	<a href="http://www.trt5.jus.br">www.trt5.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)	<a href="http://www.trt6.jus.br">www.trt6.jus.br</a>

Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE)	<a href="http://www.trt7.jus.br">www.trt7.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA e AP)	<a href="http://www.trt8.jus.br">www.trt8.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)	<a href="http://www.trt9.jus.br">www.trt9.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO)	<a href="http://www.trt10.jus.br">www.trt10.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM e RR)	<a href="http://www.trt11.jus.br">www.trt11.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)	<a href="http://www.trt12.jus.br">www.trt12.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB)	<a href="http://www.trt13.jus.br">www.trt13.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO e AC)	<a href="http://www.trt14.jus.br">www.trt14.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SP – Campinas)	<a href="http://www.trt15.jus.br">www.trt15.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA)	<a href="http://www.trt16.jus.br">www.trt16.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES)	<a href="http://www.trt17.gov.br">www.trt17.gov.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO)	<a href="http://www.trt18.jus.br">www.trt18.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL)	<a href="http://www.trt19.jus.br">www.trt19.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE)	<a href="http://www.trt20.jus.br">www.trt20.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN)	<a href="http://www.trt21.jus.br">www.trt21.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI)	<a href="http://www.trt22.jus.br">www.trt22.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT)	<a href="http://www.trt23.jus.br">www.trt23.jus.br</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS)	<a href="http://www.trt24.jus.br">www.trt24.jus.br</a>



**Apêndice B – Formulário para recolha de dados em portais *WEB***

INSTITUIÇÃO Nº _____	DATA		
TRANSPARÊNCIA (indicadores)	Sim/Inc./Não		
Estrutura remuneratória			
Quantitativo de pessoal			
Relação de membros da magistratura e demais agentes públicos			
Relação de empregados terceirizados			
Relação de servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, exceto empregados terceirizados.			
Divulgação de dados sobre licitações			
Missão			
Leis e normas que regem o Tribunal			
Detalhamento da folha de pagamento de pessoal (valores brutos em Reais)			
TOTAL			
PARTICIPAÇÃO E INTERAÇÃO (indicadores)	Sim/Inc./Não		
Existência de link Fale Conosco			
Existência de Ouvidoria			
Divulgação dos <i>e-mails</i> institucionais para contato			
Divulgação de telefones institucionais para contato			
Novas Ferramentas (RSS, Twitter, Facebook, YouTube, Flickr.)			
TOTAL			

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESULTADOS (indicadores)	Sim/Inc./Não		
Despesas com pessoal			
Despesas com investimento			
Despesas de custeio			
Despesas com inversões financeiras			
Repasses do Tesouro Nacional			
Receitas			
Execução orçamentária (valores macros)			
Apresentação de objetivos e metas anuais			
Divulgação do relatório anual de gestão			
TOTAL			

**Apêndice C – Resolução n. 102, de 15 de dezembro de 2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**



*Conselho Nacional de Justiça*

**RESOLUÇÃO Nº 102, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.**

Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** que compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário conforme o artigo 103-B, parágrafo 4º, VI, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública rege-se pelos princípios estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal, e que a publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira dos tribunais e conselhos promove a transparência da gestão e constitui valioso mecanismo de controle social;

**CONSIDERANDO** que o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências", implica definições que impactarão a forma de publicação das informações referidas na Resolução nº 79, de 9 de junho de 2009;

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar a apresentação das informações, de modo a lhes conferir inteligibilidade e comparabilidade em benefício da eficácia do controle social sobre os gastos públicos;

**CONSIDERANDO** que a padronização da apresentação das informações alusivas à gestão orçamentária e financeira dos tribunais e

conselhos permitirá a construção de indicadores de eficiência e mecanismos de comparação entre os órgãos jurisdicionados;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 78 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 88, de 8 de setembro de 2009; e

**CONSIDERANDO** o decidido nos autos do procedimento Ato nº 200910000060870, Numeração Única 0006087-84-2009.2.00.0000, na 96ª Sessão Ordinária, realizada no dia 15 de dezembro de 2009;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Os tribunais indicados nos incisos II a VII do Art. 92 da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal—publicarão, em seus sítios na rede mundial de computadores e encaminharão ao Conselho Nacional de Justiça, observados as definições e prazos constantes desta Resolução:

I – os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma dos Anexos I e II desta Resolução;

II – as informações sobre as respectivas estruturas remuneratórias, quantitativos de pessoal efetivo e comissionado, e origem funcional dos ocupantes dos cargos em comissão;

III – a relação de membros da magistratura e demais agentes públicos;

IV – a relação dos empregados de empresas contratadas em exercício nos órgãos; e

V – a relação dos servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, excluídos os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 1º A página inicial do sítio de cada órgão na rede mundial de computadores conterá o ícone "Transparência", como caminho para acesso às informações referidas nesta Resolução.



§ 2º Os dados referentes à Justiça Federal de 1º Grau serão informados pelos Tribunais Regionais Federais, desagregados por Seção Judiciária Federal.

## **Capítulo I**

### **Das informações sobre gestão orçamentária e financeira.**

**Art. 2º** Para os fins das informações a serem prestadas nos termos deste capítulo, na forma do Anexo I, definem-se:

I – Despesas com Pessoal e Encargos Sociais são despesas de custeio relativas aos servidores ou empregados dos órgãos, inclusive requisitados e comissionados, ressalvado o disposto no inciso II, observado o seguinte detalhamento:

- a) despesas com pessoal ativo;
- b) despesas com pessoal inativo e pensões;
- c) encargos sociais incidentes sobre a remuneração do pessoal, e
- d) despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) pagos a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica.

II – Outras Despesas de Custeio são aquelas necessárias à manutenção dos serviços anteriormente criados, referentes ao funcionamento da Administração, observado o seguinte detalhamento:

- a) benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte;
- b) benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação;
- c) benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche;
- e) benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica;
- f) diárias pagas a membros da magistratura, agentes públicos, servidores, empregados e colaboradores;

- d) passagens e despesas com locomoção;
- e) indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia ;
- f) aluguel de imóveis;
- g) serviços de água e esgoto;
- h) serviços de energia elétrica;
- i) serviços de telecomunicações;
- j) serviços de comunicação em geral;
- k) serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados.
- l) serviços de limpeza e conservação;
- m) serviços de vigilância armada e desarmada;
- n) serviços de publicidade;
- o) locação de mão de obra, ressalvado o apropriado nas alíneas "n", e "o";
- p) serviços de seleção e treinamento;
- q) aquisição de material de expediente;
- r) aquisição de material de processamento de dados e de software;
- s) aquisição de material bibliográfico;
- t) aquisição de combustíveis e lubrificantes;
- u) aquisição de gêneros alimentícios;
- v) aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w";
- w) serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais
- x) demais despesas de custeio.

III – Despesas de Investimentos são despesas de capital referentes à construção e ampliação da infra-estrutura física e operacional do órgão, observado o seguinte detalhamento:

- a) Construção e reforma de imóveis;
- b) Aquisição de material permanente – veículos;
- c) Aquisição de material permanente – equipamentos de informática;
- d) Aquisição de material permanente – programas de informática; e
- e) Aquisição de material permanente – demais itens.

IV – Despesas com Inversões Financeiras são despesas de capital que implicam aquisição de imóveis e participações em empresas ou empreendimentos, passíveis de alienação posterior, observado o seguinte detalhamento:

- a) Aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; e
- b) Outras Inversões.

V – Repasses recebidos são os recursos financeiros transferidos ou colocados à disposição do órgão pelo tesouro nacional ou estadual, em cada mês, destinados ao pagamento de:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) despesas de custeio;
- c) investimentos; e
- d) inversões financeiras;

VI – Receitas são os ingressos de recursos diretamente arrecadadas pelo órgão em cada mês, observado o seguinte detalhamento:

- a) recursos a título de custas judiciais;
- b) recursos a título de taxas judiciárias;
- c) recursos a título de serviços extrajudiciários; e
- d) demais recursos conforme previsão em leis específicas.

§ 1º Despesas realizadas são aquelas cujos empenhos foram liquidados nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

exceto os relativos aos restos a pagar não-processados, que serão tratados na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º As despesas relativas aos empenhos cujo direito adquirido pelo credor ainda não foi verificado, considerados liquidados no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64 (restos a pagar não-processados), não serão computadas na informação relativa ao mês de dezembro.

§ 3º Serão publicadas anualmente, observado o mesmo detalhamento constante dos incisos I a IV do art. 2º, as informações referentes às despesas inscritas em restos a pagar não-processados.

## **Capítulo II**

### **Das informações sobre recursos humanos e remuneração.**

**Art. 3º** Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, os órgãos referidos no caput do art. 1º publicarão, nos respectivos sítios eletrônicos na rede mundial de computadores, e encaminharão ao Conselho Nacional de Justiça:

I – as estruturas remuneratórias dos respectivos quadros de pessoal efetivo, dos cargos e funções comissionados, e os subsídios dos membros do Poder Judiciário e demais agentes públicos neles atuantes, vigentes em 31 de agosto de 2009, na forma do Anexo III desta Resolução;

II – os quantitativos de cargos efetivos e comissionados existentes em 31 de agosto de 2009, discriminando, por níveis, no caso dos cargos efetivos, os vagos, os ocupados por servidores estáveis e os ocupados por servidores não estáveis, e, no caso dos cargos e funções comissionados, os vagos, os ocupados por servidores com e sem vínculo com o respectivo ente federado, na situação vigente em 31 de agosto de 2009, na forma do Anexo IV;

III – a relação completa de membros da magistratura e demais agentes públicos, efetivos ou não, na forma do Anexo V;



IV – a relação completa dos empregados de empresas contratadas, em exercício nos órgãos, na forma do Anexo VI; e

V – a relação completa de servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão mediante requisição, cessão, exercício temporário ou qualquer outra forma, excluídos os ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança, na forma do Anexo VII.

VI - as remunerações e diárias pagas individualmente a membros da magistratura, servidores, colaboradores e colaboradores eventuais, sem identificação nominal do beneficiário, na forma do Anexo VIII, agrupados por unidade administrativa (secretarias e congêneres) ou judiciária (gabinetes e varas).

§ 1º Não serão considerados como cargos e funções vagos, para efeito deste artigo, as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição.

§ 2º Para os fins do inciso VI deste artigo, considera-se:

I – Cargo no CNJ: é a denominação do cargo ou função ocupado pelo agente público no Conselho, acrescida, quando for o caso, da classe e padrão onde o servidor estiver posicionado.

II – Remuneração Paradigma: soma do vencimento básico e demais vantagens permanentes percebidas pelo servidor ocupante de cargo efetivo no Órgão, excluídas as explicitadas nos demais incisos deste artigo;

III – Vantagens Pessoais: soma das vantagens pessoais do servidor do quadro do Conselho, incluindo Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, Adicional por Tempo de Serviço e vantagens pessoais decorrentes de sentença judicial ou decisão administrativa;

IV – Função ou Cargo Comissionado: retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função comissionada, incluindo a diferença de subsídio no caso de conselheiros ou juízes auxiliares;

V – Auxílios: auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-saúde e auxílio-natalidade.



VI – Vantagens Eventuais: abono constitucional de 1/3 de férias, indenização de férias, antecipação de férias, gratificação natalina, antecipação de gratificação natalina, serviço extraordinário, substituição e pagamentos retroativos;

VII – Remuneração de Origem: Remuneração ou subsídio do servidor requisitado no órgão de origem quando optante por aquela remuneração. (Informação não exigida no caso de colaborador, colaborador eventual ou servidor requisitado sem cargo ou função comissionada no órgão declarante.)

VIII – Total Bruto: soma das parcelas referidas nos incisos II a VII;

IX – Retenção por Teto Constitucional: parcela da remuneração mensal retida por exceder o teto remuneratório constitucional, conforme Resoluções CNJ nºs 13 e 14/2006;

X – Diárias: valor creditado a título de diárias no mês de referência, ainda que relativo a períodos que o ultrapassem.

§ 3º Na publicação das informações referidas no inciso VI, as unidades administrativas ou judiciárias que tenham menos de vinte servidores deverão ser agrupadas a outras de mesma natureza e hierarquia, na quantidade necessária para atingir este número, indicando-se a composição do grupo de unidades no cabeçalho do totalizador.


§ 4º Os tribunais de justiça e de justiça militar estadual adaptarão os anexos III e IV às estruturas remuneratórias das respectivas carreiras, planos de cargos, cargos e funções comissionados.

### **Capítulo III**

#### **Dos prazos e definições técnicas.**

**Art. 4º** A publicação das informações de que trata esta Resolução observará os seguintes prazos:

I – até trinta dias após a publicação desta Resolução serão publicadas as informações referidas no art. 3º, incluindo as atualizações previstas no § 1º deste artigo;



II – até 1º de março de 2010 serão publicados os demonstrativos detalhados no Anexo I, referentes a cada um dos meses dos anos-calendário de 2007, 2008 e 2009, bem assim os demonstrativos referidos no § 3º do art. 2º referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009;

III – até 1º de março de 2010 serão publicados os demonstrativos orçamentários constantes do Anexo II consolidados, para os exercícios de 2007, 2008 e 2009;

IV – até o vigésimo dia de cada mês, a partir de abril de 2010, serão publicados os demonstrativos mensais detalhados nos anexos I e II, abrangendo todas as despesas e as receitas realizadas no mês imediatamente anterior.

§ 1º As informações publicadas nos termos do inciso I serão atualizadas:

I – trimestralmente no caso do inciso II, de modo a refletir as posições vigentes no último dia dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, comparativamente às mesmas datas do ano imediatamente anterior.

II – sempre que houver alteração nas estruturas remuneratórias, no caso do inciso I do art. 3º;


III – sempre que houver modificação das relações no caso dos incisos III, IV e V do art. 3º; e

IV – mensalmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência, no caso do inciso VI do art. 3º.

§ 2º Os cargos transformados após 31 de agosto de 2009 serão incorporados aos anexos IV e V, a partir da primeira atualização subsequente nos termos do § 1º.

§ 3º As informações referidas nesta Resolução serão publicadas em formato hipertexto (HTML - Hypertext Markup Language), cuja cópia deverá estar disponível em arquivo para download no sítio dos órgãos.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, os dados publicados serão encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça, eletronicamente, em formato definido pelo Departamento de Tecnologia da



Informação – DTI do CNJ, na mesma data em que ocorrer a publicação ou retificação.

§ 5º As informações publicadas serão mantidas nos sítios pelo prazo mínimo de trinta e seis meses.

§ 6º O Conselho da Justiça Federal e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho poderão publicar em seus sítios quadros informativos consolidados referentes aos Tribunais Regionais Federais e os Tribunais Regionais do Trabalho respectivamente.

**Art. 5º** Para os tribunais e conselhos federais, a publicação dos dados referidos no art. 3º supre a exigência contida no art. 78 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.

#### **Capítulo IV**

##### **Das disposições gerais e transitórias.**


**Art. 6º** Fica postergado para 28 de maio de 2010 o prazo fixado no art. 5º da Resolução nº 79, de 9 de junho de 2009, no que se refere aos sistemas de informação descritos no seu art. 2º, inciso III.

**Parágrafo único.** A partir da plena vigência do art. 2º da Resolução nº 79, de 2009, será mantida a sistemática de publicação de informações prevista nesta Resolução, cabendo aos órgãos a garantia da consistência de ambos os conjuntos de informações.

**Art. 7º** O cumprimento do disposto nesta Resolução é de responsabilidade do presidente de cada órgão.

**Art. 8º** O CNJ incluirá em suas rotinas operacionais procedimentos para a compilação das informações referidas nesta Resolução, bem assim para verificação periódica da integridade dos dados, inclusive mediante inspeções nos sistemas de administração financeira geradores dos dados primários.

**Parágrafo único.** O Presidente do Conselho Nacional de Justiça poderá alterar, no todo ou em parte, os anexos a esta Resolução e os prazos de publicação.



**Art. 9º** Sem prejuízo da utilização no exercício do controle administrativo e judiciário previsto no art. 103-A da Constituição, as informações encaminhadas ao CNJ nos termos desta Resolução serão disponibilizadas à Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento para construção de instrumentos de comparação entre os órgãos e orientação quanto ao aperfeiçoamento de procedimentos de gestão.

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Ministro **GILMAR MENDES**

# ANEXO I

Sigla	
Nome do Órgão	
Autoridade Máxima	
Responsável pela Informação	
Mês de Referência (MM/AAAA)	
Data da Publicação	

## Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos

Alínea	Discriminação das despesas	Valores em R\$ 1,00
A	despesas com pessoal ativo	
b	despesas com pessoal inativo e pensões	
c	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	
d	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência	
	TOTAL	

## Inciso II – Outras Despesas de Custeio

Alínea		Valores em R\$ 1,00
a	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	
b	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	
c	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	
d	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	
e	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	
f	Passagens e despesas com locomoção	
g	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	
h	aluguel de imóveis	
i	Serviços de água e esgoto	
j	Serviços de energia elétrica	
k	Serviços de telecomunicações	
l	Serviços de comunicação em geral	
m	serviços de informática, incluindo manutenção e	

	locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	
n	serviços de limpeza e conservação	
o	serviços de vigilância armada e desarmada	
p	Serviços de publicidade	
q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas "n", e "o"	
r	Serviços de seleção e treinamento	
s	Aquisição de material de expediente	
t	aquisição de material de processamento de dados e de software	
u	aquisição de material bibliográfico	
v	aquisição de combustíveis e lubrificantes	
w	aquisição de gêneros alimentícios	
x	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas "s" a "w"	
y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	
z	demais despesas de custeio	
	TOTAL	

Inciso III – Despesas com Investimentos

Alínea		Valores em R\$ 1,00
a	Construção e reforma de imóveis	
b	Aquisição de Material Permanente - Veículos	
c	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	
d	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	
e	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	
	TOTAL	

Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras

Alínea		Valores em R\$ 1,00
a	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	
b	Outras inversões	
	TOTAL	

Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de

Alínea		Valores em R\$ 1,00
a	Pessoal e Encargos	
b	Custeio	
c	Investimentos	
d	Inversões Financeiras	
	TOTAL	

Inciso VI – Receitas

Alínea		Valores em R\$ 1,00
a	recursos a título de custas judiciais	
b	recursos a título de taxas judiciárias	
c	recursos a título de serviços extrajudiciários	
d	demais recursos conforme previsão em leis específicas	
	TOTAL	



## ANEXO II

TOTAL

Obs: Movimentação Líquida de Créditos = Destques Recebidos – Destques Concedidos.

### ANEXO III- ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

Data de início da vigência: \_\_\_\_\_

a) Cargos Efetivos.

CARREIRA CLASSE / PADRÃO		Vencimento	GAJ	AQ			GAE	GAS
		Básico	50%	7,5%	10%	12,5%	35%	35%
ANALISTA	C	15						
		14						
		13						
		12						
		11						
	B	10						
		9						
		8						
		7						
		6						
	A	5						
		4						
		3						
		2						
		1						
TÉCNICO	C	15						
		14						
		13						
		12						
		11						
	B	10						
		9						
		8						
		7						
		6						
	A	5						
		4						
		3						
		2						
		1						
AUXILIAR	C	15						
		14						
		13						
		12						
		11						
	B	10						
		9						
		8						
		7						
		6						
	A	5						
		4						
		3						
		2						
		1						

5

b) Cargos em Comissão e Funções de Confiança

Cargo/Função	Integral	Opção pelo Cargo Efetivo
CJ-04		
CJ-03		
CJ-02		
CJ-01		
FC-06		
FC-05		
FC-04		
FC-03		
FC-02		
FC-01		

c) Membros da Magistratura:

Membros da Magistratura	Subsídio	Gratificação pelo exercício na Justiça Eleitoral		
		TSE	TRE	1ª Instância
Ministro de Tribunal Superior				
Juiz de Tribunal Regional e Desembargador do TJDF				
Juiz Federal, Juiz de Vara Trabalhista, Juiz Auditor Militar e Juiz de Direito				
Juiz Substituto				



**ANEXO IV – QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS – BASE 31/08**

**a) cargos efetivos.**

CARREIRA CLASSE / PADRÃO			Quantidade de Cargos										
			Ocupados						Vagos			Total	
			Estáveis		Variação %	Não-Estáveis		Variação %	2008	2009	Variação %	2008	2009
ANALISTA	C	15											
		14											
		13											
		12											
		11											
	B	10											
		9											
		8											
		7											
		6											
	A	5											
		4											
		3											
		2											
		1											
TOTAL ANALISTA													
TÉCNICO	C	15											
		14											
		13											
		12											
		11											
	B	10											
		9											
		8											
		7											
		6											
	A	5											
		4											
		3											
		2											
		1											
TOTAL TÉCNICO													
AUX	C	15											
		14											
		13											
		12											
		11											
		10											

I L I A R	B	9																	
		8																	
		7																	
		6																	
	A	5																	
		4																	
		3																	
		2																	
		1																	
	TOTAL AUXILIAR																		
	TOTAL CARGOS																		

4

b) cargos em comissão e funções de confiança.

Cargo/ Função	Ocupados									Vagos			Total		
	Com Vínculo Efetivo						Sem Vínculo Efetivo								
	Optante		Variação %	Remuneração Integral		Variação %			Variação %			Variação %			
	Remuneração			Cargo/Função											
	Cargo Efetivo			Cargo/Função											
2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009				
CJ-04															
CJ-03															
CJ-02															
CJ-01															
FC-06															
FC-05															
FC-04															
FC-03															
FC-02															
FC-01															
TOTAL															

c) origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança.

CARGO E FUNÇÕ ES	OCUPADOS POR SERVIDORES COM VÍNCULO EFETIVO															OCUPADO S POR SERVIDOR ES SEM VÍNCULO EFETIVO	VAGOS			TOTAL GERAL					
	MESMO ENTE FEDERADO									OUTROS ENTES FEDERADOS															
	Quadro Próprio			Carreiras do Judiciário de outros órgãos			Estatutários de outras carreiras			CLT			Estatutários										CLT		
	200 8	200 9	%	200 8	200 9	%	200 8	200 9	%	200 8	200 9	%	200 8	200 9	%								200 8	200 9	%
CJ-04																									
CJ-03																									
CJ-02																									
CJ-01																									
FC-06																									
FC-05																									
FC-04																									
FC-03																									
FC-02																									
FC-01																									
TOTAL																									

d) Situação funcional dos servidores ativos.

CLASSE / PADRÃO			Servidores ativos											
			Exercício no órgão			Cedidos			Outros afastamentos			Total		
			2008	2009	Variação %	2008	2009	Variação %	2008	2009	Variação %	2008	2009	Variação %
ANALISTA	C	15												
		14												
		13												
		12												
		11												
	B	10												
		9												
		8												
		7												
		6												
	A	5												
		4												
		3												
		2												
		1												
TOTAL ANALISTA														
TÉCNICO	C	15												
		14												
		13												
		12												
		11												
	B	10												
		9												
		8												
		7												
		6												
	A	5												
		4												
		3												
		2												
		1												
TOTAL TÉCNICO														
AUXILIAR	C	15												
		14												
		13												
		12												
		11												
	B	10												
		9												
		8												

5





ANEXO VI – EMPREGADOS DE EMPRESAS CONTRATADAS EM EXERCÍCIO NOS ÓRGÃOS.

Data da última atualização: \_\_\_\_\_

Nome do Empregado	Empresa	CNPJ	Cargo /Atividade	Lotação / Local de Exercício



**ANEXO VII – SERVIDORES E/OU EMPREGADOS NÃO INTEGRANTES DO  
QUADRO PRÓPRIO EM EXERCÍCIO NO ÓRGÃO SEM EXERCÍCIO DE  
CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA, EXCETO OS  
CONSTANTES DO ANEXO VI.**

Data da última atualização: \_\_\_\_\_

Nome	Cargo ou emprego efetivo	Órgão de origem	Regime Jurídico	Lotação No Órgão	Instrumento De Cessão	Data de Início



**ANEXO VIII**

**Detalhamento da folha de pagamento de pessoal (valores brutos em Reais)**

**Mês/Ano:**

Cargo no Órgão	Remuneração Paradigma (1)	Vantagens Pessoais (2)	Função ou Cargo comissionado (3)	Auxílios (4)	Vantagens Eventuais (5)	Remuneração de Origem (6)	Total Bruto (7)	Retenção por Teto Constitucional (8)	Diárias (9)
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									

Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Cargo efetivo ou comissionado									
Subtotal da(s)									
Unidade (s)									

\*\*\*

**TOTAL  
GERAL:**

- 1 - Remuneração do cargo efetivo (Lei nº 11.416/2006) - Vencimento, G.A.J., V.P.I., Adicionais de Qualificação, G.A.E e G.A.S.
- 2 - V.P.N.I., Adicional por tempo de serviço, quintos, décimos e vantagens decorrentes de sentença judicial ou extensão administrativa
- 3 - Dif. de Subsídio (Lei nº 11.365/2006 e Resolução CNJ nº 22/2006), Funções e Cargos Comissionados (Lei nº 11.416/2006)
- 4 - Auxílio-alimentação, Auxílio-transporte, Auxílio Pré-escola, Auxílio Saúde, Auxílio Natalidade
- 5 - Abono constitucional de 1/3 de férias, indenização de férias, antecipação de férias, gratificação natalina, antecipação de gratificação natalina, serviço extraordinário, substituição, pagamentos retroativos, pagos pelo órgão.
- 6 - Remuneração percebida no órgão de origem, no caso de requisitados optantes por aquela remuneração.
- 7 - Total de rendimentos brutos auferidos no mês.
- 8 - Valores retidos por excederem ao teto remuneratório constitucional conforme Resolução CNJ nº 13 e 14/2006
- 9 - Valor efetivamente pago no mês de referência, ainda que o período de afastamento se estenda para além deste.

OBS: No caso de servidor do quadro do órgão ocupante de cargo em comissão ou função comissionada, o enquadramento se fará pelo cargo ou função comissionado.

